

## ABSTRACT

The **general objective** of this work is to establish, based on Speech Analysis, the parameters and limits to the editor's role in parliamentary texts. The focus of this study is on the one that precedes the final editing, the reviser. Specific objectives are showing: that the text revision not always keeps semantics and discursive fidelity to the parliamentary speech; the importance of delimitating the reviser's action so that he doesn't interfere semantically in the text, as well as in the ideas and intentions of the author and his discursive relation to his interlocutors, respecting the cultural diversity among the parliament members. It is taken that the parliamentary speech is closely related to the discursive and ideological background of its author, and this approach is based on the studies of Orlandi (1996, 2005a e b), Brandão (2004), Foucault (2004) and others. The concept of ideology is taken from Thompson (1995). Two types of small excerpts, passages of parliamentary speeches, form the corpus. The first type constitutes of passages that were re-read by other tachigraphers after the original registry; the second one comprises texts that are more extent and complex, corresponding both types, respectively, to the work of the tachigrapher, and the work of the reviser and text supervisor. These texts were selected randomly from the registers of speeches on the Plenum of the Chamber of Deputies, Brazil. The work presents the theoretical fundamentals, the analysis of the texts that form the corpus and the interpreting of the changes made by the revisers, according to the theoretical fundamentals. It concludes demonstrating that there is great interference of the reviser and even of the tachigrapher on the parliamentary texts investigated, which commonly does not keep semantic and discursive fidelity to the original speech. This can indicate that the fact occurs regularly on the revisions made on that ambit.

**Key Words:** Speech analysis; 2. Parliamentary texts; 3. Reviser's limits.

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus filhos, Felipe, Gabriel e Letícia, que compreenderam os momentos de minha ausência, para dedicação ao estudo e à conclusão deste trabalho.

À minha esposa, Alba Regina, sempre presente e me apoiando nesta laboriosa vida acadêmica.

A todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para o êxito de mais um degrau ultrapassado, principalmente aos colegas de curso.

Aos colegas e funcionários do Departamento de Taquigrafia e, em especial, a Noelia Cantarino, pela sua eficiência e presteza.

A Rosane Galvão, por ter contribuído de maneira significativa para a elaboração deste trabalho.

E, finalmente, meu especial agradecimento à Professora Cida, pelas orientações ministradas para a monografia; por sua dedicação e perseverança; pelas horas debruçadas sobre os originais deste trabalho; pelo estímulo e por sua confiança em mim.



**Centro Universitário de Brasília**  
**Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento - ICPD**

**HERCULANO FRANCISCO DOURADO**

**OS LIMITES DO REVISOR NA CORREÇÃO DE TEXTOS  
PARLAMENTARES: UMA QUESTÃO SEMÂNTICO-DISCURSIVA**

**Brasília - DF**  
**Out/ 2006**

**HERCULANO FRANCISCO DOURADO**

**OS LIMITES DO REVISOR NA CORREÇÃO DE TEXTOS  
PARLAMENTARES: UMA QUESTÃO SEMÂNTICO-DISCURSIVA**

Monografia apresentada ao Centro Universitário de Brasília (UNICEUB/ICPD), como pré-requisito para a obtenção de Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Língua Portuguesa, Texto e Discurso.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Mestre Maria Aparecida Silva de Abreu.

**Brasília - DF  
Out/2006**

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>12</b>
<b>1.1 As concepções de língua(gem) .....</b>	<b>12</b>
<b>1.2 O discurso e sua análise .....</b>	<b>16</b>
<b>1.2.1 A formação discursiva.....</b>	<b>19</b>
<b>1.2.2 A ideologia e a formação ideológica.....</b>	<b>21</b>
<b>1.3.1.2 A coerência .....</b>	<b>34</b>
<b>1.4 Os manuais, as regras e os erros. ....</b>	<b>40</b>
<b>1.5 A revisão .....</b>	<b>47</b>
<b>1.5.1 O processo de revisão do texto parlamentar.....</b>	<b>47</b>
<b>1.5.2 O trabalho do revisor .....</b>	<b>49</b>
<b>1.5.3 A fidelidade ao texto original.....</b>	<b>54</b>
<b>2 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DO <i>CORPUS</i>.....</b>	<b>56</b>
<b>2.1 O <i>corpus</i> .....</b>	<b>56</b>
<b>2.2 A revisão e os limites do revisor .....</b>	<b>57</b>
<b>2.2.2 As intervenções do revisor e do supervisor .....</b>	<b>65</b>
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>78</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>81</b>
<b>ANEXO 1 - Excertos de quatro textos da <i>Fase de Releitura</i> feita pela taquigrafia.....</b>	<b>84</b>
<b>ANEXO 2 -Trechos de maior extensão e complexidade, representativos das atividades desenvolvidas pelo taquígrafo, pelo revisor e pelo supervisor.....</b>	<b>85</b>

## INTRODUÇÃO

O Congresso Nacional é composto por duas Casas com representantes de todas as Unidades da Federação, eleitos pela população. São Senadores e Deputados, que possuem as mais variadas formações discursivas e ideológicas. O Brasil é um país continental com culturas bastante diferentes de Norte a Sul. Ainda que a história do País seja uma só e que o povo brasileiro tenha muito em comum de modo geral – já que sob o domínio de um mesmo Estado e pertencente a uma mesma Nação –, há as histórias particulares de cada Estado da Federação, de cada Região, de cada cidade e até de cada indivíduo.

Também se distinguem os lugares históricos e sociais de onde as pessoas falam. Os sujeitos do discurso podem estar situados em lugares diferentes na mesma formação discursiva ou em formações discursivas diferentes. Como cada um tem sua própria historicidade, ocorre variação nos dizeres de um e de outro. O mesmo ocorre quanto aos discursos dos representantes dos Estados e do povo brasileiro.

Todavia, há pontos de encontro desses representantes na Capital do País – as duas Casas do Congresso Nacional –, em que todo esse cabedal de conhecimentos, de histórias e abordagens é reproduzido e efetivado. Isso é feito por intermédio dos discursos proferidos em plenário e nas comissões, que são os meios de comunicação entre a população brasileira e os parlamentares, ou seja, aí acontece o diálogo entre esses interlocutores.

Durante esse processo, entram em ação dois importantes sujeitos, aqueles que procedem à transcrição e à arte final do texto: o taquígrafo e o revisor. O taquígrafo tem papel fundamental no Congresso Nacional, pois é ele quem dá formato de texto aos pronunciamentos proferidos pelos deputados e senadores na tribuna, ou seja, ele faz a transposição do texto falado para o escrito.

O **objetivo geral** deste trabalho é o estabelecimento de parâmetros e limites ao papel do revisor de textos. Então, tem como escopo e foco não somente o texto escrito ou o discurso, objeto da tarefa dos revisores. O fulcro central que se pretende estabelecer encontra-se em um dos sujeitos acima: aquele que procede à “arte final”, o esmerilador do texto, que é o revisor. É ele quem trabalha o objeto bruto – que lhe é entregue inacabado –, para ser submetido ao seu crivo e à sua pena, mas acaba por fazer muito mais do que lhe permite o seu papel de revisor e não de “dono” do texto.

Debatem-se os gramáticos, os filósofos, os lingüistas em geral, na busca incessante e ingrata de normatizar o uso das variantes lingüísticas. Engessada na gramática normativa, mas viva e buliçosa nas gramáticas descritivas, a língua é prática social, é essencialmente pragmática e determinada pelos contextos históricos, sociais, temporais e espaciais. Por isso, a prática revisional não se limita à aplicação das regras da gramática normativa. Contudo, para que se estabeleça um limite à ação interventiva do revisor ou até um método, é necessária uma análise do conceito de revisão; é preciso delimitar, definir, traçar parâmetros do papel do revisor. Para tal desiderato, cumpre que se defina a ação do revisor. Dele não se espera apenas uma revista, mas uma intervenção real e efetiva na redação. Não cabe a ele apenas e tão-somente localizar o erro, mas saná-lo, dando coesão e coerência ao texto. Mas apenas isso.

O trabalho do revisor é essencialmente encontrar o erro e eliminá-lo, para manter a ordem e a clareza do texto. Entretanto, tanto o taquígrafo quanto o revisor não podem interferir na legitimação popular dos discursos que cada parlamentar traz consigo, dada suas particularidades regionais e pessoais. São nuances e características diferentes, já que os verdadeiros “autores” dos textos são partícipes de formações discursivas e ideológicas distintas, que devem ser consideradas, para que não se altere semântica e discursivamente o texto do parlamentar. Nisso está a origem do **tema** deste presente trabalho – os limites do

revisor na correção de textos parlamentares: uma questão semântico-discursiva.

A experiência do dia-a-dia das revisões no Congresso Nacional revela uma realidade um tanto quanto obscura, uma vez que não há uma metodologia eficiente para a tarefa revisional. Há casos em que, no nascedouro da “tradução” (do texto oral para o escrito), mudanças significativas são realizadas no discurso parlamentar, antes mesmo de chegar ao crivo do revisor. O que não deveria ocorrer, sob pena da homogeneização desses discursos, com perda das diferenças que fazem do parlamentar o representante, não só político, mas também cultural de um povo tão rico em diversidade como é o brasileiro.

Daí a importância deste trabalho em relação à ação interventiva do revisor: uma reflexão sobre o assunto é fundamental para que a prática revisional não se limite à aplicação das regras da gramática normativa, mas também não imprima nos textos parlamentares alterações inadequadas ao estilo de cada autor. Cada parlamentar tem sua origem e seu estilo e isso deve ser preservado.

Nesse sentido, temos como **objetivos específicos**: mostrar que a revisão de texto nem sempre mantém a fidelidade semântica e discursiva em relação ao discurso do parlamentar e a importante tarefa de delimitar a ação do revisor para que ele não interfira semanticamente no texto, nas idéias e intenções do autor e na sua relação discursiva com seus interlocutores, respeitando a diversidade cultural dos parlamentares.

O descortinamento da atividade de revisão não está no rol dos desafios que enfrentam as ciências exatas. Considera-se, para a execução deste trabalho, que a criação discursiva é atividade humana, pois assim é a linguagem. Da mesma forma que criar textos é uma atividade humana, assim também é a atividade de revisão. A aceção de texto que ora se utiliza, como de resto se faz em todo este trabalho, é a que lhe dá a Análise do Discurso, aliada à definição dada por Bakhtin (2000).

O discurso parlamentar está intimamente ligado à formação discursiva e ideológica do autor. Esses conceitos serão abordados conforme as palavras de Orlandi (1996, 2005a e b); Brandão (2004), Foucault (2004) e outros. O conceito de ideologia será o de Thompson (1995). Esse trabalho se fundamenta ainda em Fairclough (2001), no que toca ao pensamento sobre mudança social e política por meio do discurso, e em outros autores que surgirem durante a investigação.

O *corpus* deste estudo é composto por registros de trechos de pronunciamentos de parlamentares proferidos na Câmara dos Deputados e que correspondem às atividades desenvolvidas pela Taquigrafia. Considera-se oportuno trazer à baila, também, como elementos ilustrativos deste estudo, alguns trechos de discursos parlamentares proferidos na Câmara dos Deputados. Neles se identificam o trabalho realizado pelo taquígrafo e a revisão efetuada pelo especialista em revisão de texto, o revisor. O intento é mostrar o quanto ainda é equivocada a visão daqueles que supõem que o papel do revisor restringe-se à aplicação das regras cogentes da gramática normativa, em detrimento dos princípios mais amplos da lingüística textual, bem como chegar ou buscar respostas para as seguintes questões:

1. Normalmente o revisor de textos parlamentares se preocupa com a fidelidade semântica e discursiva desses textos, agindo neles a fim de manter sua ordem e clareza?
2. De que modo pode ser feita a revisão de textos parlamentares mantendo a fidelidade semântica e discursiva com o pronunciamento de seu autor, conforme sua formação ideológica e discursiva?

Este trabalho se divide em dois capítulos. O Capítulo 1 trata da fundamentação teórica, onde se expõe sobre os estudos da Análise do Discurso, começando com uma breve

abordagem sobre a definição de linguagem, língua e discurso. Logo a seguir se expõe o pensamento de alguns estudiosos sobre a concepção de discurso e a formação discursiva e ideologia, bem como a definição de texto e as nuances do texto parlamentar. Há, ainda, um breve relato do processo de revisão, do trabalho do revisor e da fidelidade ao texto original. No Capítulo 2, apresenta-se a análise de dois textos *corpus*, a identificação dos erros apresentados nesses textos e a análise propriamente dos registros dos taquígrafos comparados ao do revisor e do supervisor. E, finaliza, o presente trabalho com considerações gerais sobre a análise feita.

# **1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Este capítulo está dividido basicamente em três pontos fundamentais: linguagem, discurso e texto. Para fazer a abordagem do *corpus* de modo apropriado, a fundamentação teórica se divide em seções, quais sejam: 1.1 As concepções de linguagem, que trata basicamente do modo como os gramáticos e os analistas do discurso entendem e tratam a linguagem; 1.2 O discurso e sua análise, que trata da linguagem com discurso, da formação discursiva e da formação ideológica; 1.3 O texto – entendido como materialidade discursiva, como recorte discursivo necessário à Análise do Discurso e sobre o qual ela se debruça –, em que se trata da textualidade e da semanticidade, da coesão, da coerência e do texto parlamentar; 1.4 Os manuais, as regras e os erros, em que se discorre sobre os manuais de redação e seu papel no trabalho de revisão, sobre o que eles impõem como regras e o que consideram erros; 1.5 A revisão, que trata do processo de revisão do texto parlamentar, do trabalho do revisor nesse âmbito e da fidelidade do texto revisado ao texto original.

## **1.1 As concepções de língua(gem)**

Antes de adentrar no tema específico deste trabalho, considerou-se importante fazer uma brevíssima abordagem sobre a definição de linguagem, língua e fala e discurso na visão de alguns gramáticos, a fim de confrontá-las com a linha adotada pela Análise do Discurso.

Bechara (2004, p. 27) define linguagem como “(...) qualquer sistema de signos simbólicos empregados na intercomunicação social para expressar e comunicar idéias e

sentimentos, isto é, conteúdos da consciência.” Expressa ainda que a linguagem, entendida como atividade humana de falar, pode ser representada por cinco dimensões universais: criatividade, materialidade, semânticidade, alteridade e historicidade.

Sem nos aprofundarmos em cada uma dessas dimensões, *en passant*, temos: a criatividade se manifesta como uma atividade livre e criadora; a materialidade é o nível biológico da linguagem, ou seja, a utilização dos órgãos de fonação; a semânticidade trata-se do significativo; a alteridade, em que o indivíduo é um ser com outros – todos são sempre co-falantes e co-ouvintes; e a historicidade baseada na tradição lingüística de uma comunidade histórica.

Segundo Cunha e Cintra (2004, p. 1), o termo linguagem também é usado para designar todo sistema de sinais que serve de meio de comunicação entre os indivíduos. Porém, para existir uma linguagem há a necessidade de que lhe atribua algum valor convencional a determinado sinal.

Por outro lado, o estudo da linguagem deve-se muito aos ensinamentos de Saussure (BRANDÃO, p. 7), sobretudo a sua concepção dicotômica entre a língua e a fala. A língua tem sido concebida, por muitos até hoje e desde Saussure, como um sistema de signos, em que cada signo é constituído de um significante e de um significado (CARDOSO, 1999, p. 15). Além de tecer uma teia de relações entre esses elementos lingüísticos, essa concepção parte do princípio de que a língua é um fato social cuja existência se baseia nas necessidades de comunicação.

A evolução da língua, segundo Cardoso (1999, p. 16), perpassa três fases fundamentais. A primeira, trata a concepção de língua como instrumento de comunicação, que representou o rompimento com a Gramática de Port-Royal (1612-1694), para a qual a linguagem é a expressão do pensamento. A segunda fase trata a língua como estrutura, a qual

teve destaque com a Escola de Copenhague, em que o estruturalismo lingüístico atingiu sua mais radical expressão. Assim: “É o desdobramento da Lingüística saussureana que leva às últimas conseqüências a tese de Saussure de que a linguagem é forma e não substância, ou seja, de que não há nada de substancial na língua” (CARDOSO, 1999, p. 18).

A terceira fase considera a língua como um sistema funcional. O processo de comunicação tem diversos fatores influentes. Podemos dizer que há uma hierarquia de funções implicada em cada mensagem, dando origem à seguinte classificação no ato da comunicação: a) referencial: ênfase no contexto; b) emotiva: ênfase no remetente; c) conativa: ênfase no destinatário; d) fática: ênfase no contato; e) metalingüística: ênfase no código; f) poética: ênfase na mensagem.

A concepção mais moderna, segundo Cardoso (1999, p. 19), em relação ao sistema lingüístico e função é a adotada por Halliday (1973, 1976), que são três funções determinantes da estrutura da linguagem: a ideacional, a interpessoal e a textual. A função ideacional está ligada ao sentido cognitivo ou conteúdo proposicional de orações. A função interpessoal refere-se às distinções de modo ou modalidade. E a função textual está relacionada à estrutura gramatical e às orações.

A grande novidade, segundo Cardoso (1999, p. 20), está na função textual: “Essa função permite ao falante e ao ouvinte construir ‘textos’, ou passagens encadeadas de discurso que sejam situacionalmente apropriadas; ela capacita o leitor a distinguir um texto de um conjunto aleatório de oração.”

Ficou de fora da visão de Cardoso (op. cit.), a concepção de linguagem como discurso e como ação e interação social. Seguindo esta linha de pensamento, Koch (2001) entende a linguagem como atividade, como forma de ação orientada pela finalidade do interlocutor. A linguagem seria, desse modo, um lugar de interação que possibilita que os

membros de uma sociedade pratiquem os mais diversos tipos de atos, que vão exigir, de seus semelhantes, reações e/ou comportamentos que, por sua vez, levam ao estabelecimento de vínculos e compromissos que antes não existiam. Nesta visão, são inúmeras as funções da linguagem.

Como discurso (BRANDÃO, 2004 e ORLANDI, 2005), a língua é uma prática social e, portanto, é também política e ideológica. Nela e por meio dela os discursos se proliferam, se dispersam no tempo e no espaço. Eles, como os sujeitos, são determinados social e historicamente. Nessa concepção de linguagem, os sentidos são construídos com base nos elementos que compõem o momento de interlocução: a linguagem e sua historicidade, o sujeito e sua historicidade, o contexto de produção do texto e da leitura etc. Aqui, as funções da linguagem são incontáveis e há a possibilidade de inúmeras e distintas leituras para um mesmo texto.

Numa visão discursiva, a concepção de língua formulada por Possenti (2005, p. 84) aponta para o fato de que os falantes sabem avaliar o valor dos recursos expressivos, uma vez que se trata de “um grupo de pessoas que compartilham de um conjunto de normas comuns com respeito à linguagem, e não como um grupo de pessoas que falam do mesmo modo”.

Portanto, há a individualização do discurso, que o torna a enunciação irrepetível e única. A interpretação do enunciado deve, portanto, ter em consideração as regras de semântica, bem como os valores atribuídos às formas em sua materialidade, o contexto de produção do texto, o conhecimento partilhado e o não partilhado e tantos outros fatores que interferem na produção do texto e da leitura. Desse modo, tem-se que a repetição de um enunciado depende de sua materialidade, que é histórica e social: uma frase dita por alguém num dado momento e lugar jamais conterà o mesmo enunciado que a mesma frase dita em

outro momento e lugar, por que haverá em cada um desses locais uma função enunciativa diferente (BRANDÃO, 2004, p. 36).

A Gramática Normativa é bem sintética quanto à definição de falar: “ato de expressar-se oralmente” ou “uma técnica idiomática efetivamente realizada”.

Percebe-se claramente que o enfoque dado pelos gramáticos em relação à linguagem, língua e fala se distancia da concepção adotada pela Análise do Discurso. Isso implica que aquele que segue apenas as gramáticas tradicionais para fazer revisão de texto segue uma concepção de linguagem ultrapassada e, normalmente, não respeita aquilo que determina o modo e o porquê do dito. Tudo o que se diz é dito por alguém, em dado lugar, num momento histórico e social, por razões políticas e ideológicas e para determinados interlocutores. É necessário, então, que o revisor entenda isso e siga essas orientações ao revisar os textos, para não modificá-lo semântica e discursivamente. Desse modo, no caso dos parlamentares, o povo poderá ter uma visão mais clara de seus representantes e dos representantes dos Estados no Congresso Nacional.

## **1.2 O discurso e sua análise**

A origem da Análise do Discurso, conforme Orlandi (2005, p. 15), deu-se a partir do pensamento de alguns estudiosos de que há várias maneiras de significação, ou seja, tanto a palavra gramática quanto a palavra língua podem significar coisas muito diferentes. A Análise do Discurso trata especificamente do discurso, que etimologicamente concebe uma idéia de movimento. Portanto, discurso é palavra em movimento por meio da linguagem.

Ainda segundo Orlandi (2005), o discurso faz a mediação necessária entre o

homem e a realidade natural e social, tornando possível a permanência e a continuidade, bem como o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive. A definição de discurso, segundo essa autora “é efeito de sentidos entre locutores” (ORLANDI, 2005, p. 21), isto é, está baseada nas relações de linguagem: relações de sujeito e de sentidos e seus efeitos. Entretanto, não se deve confundir discurso com fala em oposição à língua (considerada como sistema de signos), onde tudo se mantém, mesmo tendo as mesmas características: ocorrência casual, individual, realização de sistema, etc.

Também para Cardoso (1999), discurso é algo muito maior do que simplesmente supõe quando se faz a divisão língua/fala para constituir um sistema. Ela assim o define: “O discurso é, pois, um lugar de investimentos sociais, históricos, ideológicos, psíquicos, por meio de sujeitos interagindo em situações concretas” (CARDOSO, op. cit., p. 21).

Foucault (apud BRANDÃO, 2004, p. 32) traz à tona “regras de formação” que possibilitaram a formação dos elementos que compõem o discurso, que são os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, os temas, as disciplinas e as teorias, que se apresentam como um sistema de relações entre objetos, tipos enunciativos, conceitos e estratégias.

Por outro lado, numa perspectiva gramatical e normativa, Cunha e Cintra (2004, p. 1) assim definem discurso: “Discurso é a língua no ato, na execução individual. E, como cada indivíduo tem em si um ideal lingüístico, procura ele extrair do sistema idiomático de que se serve as formas de enunciado que melhor lhe exprimem o gosto e o pensamento.” Nota-se que esses autores entendem discurso como sinônimo de fala – na perspectiva saussuriana – e “enunciado” como sinônimo de frase, o que se distingue da visão da Análise do discurso. Eles também não consideram a prática discursiva e a formação ideológica do autor do texto, mas simplesmente formas e regras de expressar o pensamento: o autor de um texto escolheria e usaria formas da língua o escreveria apenas para exprimir seu “gosto” e seu

“pensamento”. A função da língua seria simplesmente essa.

Além disso, a definição dada por eles segue a linha de pensamento estruturalista, considerando a língua, menos ainda que como um sistema de signos, como um “sistema idiomático”. Seguir tais autores na revisão de texto, é, então, acompanhar uma linha de pensamento que desconsidera a língua em sua dinâmica de transformações, em sua dimensão histórica, social e política. Isso implica uma revisão parcial e ideologicamente afetada – do ponto de vista da dominação –, que não tem em conta o interlocutor, aquele para quem o que é dito é dito, do modo como é dito.

O discurso, para Foucault (2004, p. 23), é uma prática discursiva, ou seja, um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social econômica, geográfica ou lingüística, as condições do exercício da função enunciativa. Segundo Fairclough (2001, p. 91), “o discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes.”

Nesse sentido, estão bem fundamentados os argumentos expendidos por Marcuschi (2004, p. 13), quando segue os ensinamentos de Fairclough, principalmente em relação à prática social, ou seja, há uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social, que leva à conclusão de que o discurso contribui para a construção das identidades sociais, a construção das relações entre as pessoas e a construção de sistemas de conhecimentos e crenças, sendo capaz de se tornar um fator de controle social.

Finalmente, Brandão (2004) define discurso, seguindo os ensinamentos de Foucault (1969), em que a análise discursiva consiste na descrição dos enunciados que a compõe, “como um conjunto de enunciados que se remetem a uma mesma formação

discursiva” (BRANDÃO, 2004, p. 33). Portanto, um dado discurso é concebido por meio de uma família de enunciados pertencentes a uma mesma formação discursiva.

### 1.2.1 A formação discursiva

Segundo Orlandi (2005, p. 43), a formação discursiva determina o que pode e deve ser dito. Portanto, “o discurso se constitui em seu sentido porque aquilo que o sujeito diz se inscreve em uma formação discursiva e não em outra para ter um sentido e não outro”. Seguindo esse raciocínio, temos que as palavras não têm sentido nelas mesmas, mas representam no discurso as formações ideológicas de que fazem parte. Os sentidos das palavras são, desse modo, construídos na interação autor-texto-leitor conforme as formações discursivas dos envolvidos na interação verbal. E conclui a autora (2005, p. 44): “Palavras iguais podem significar diferentemente por se inscrevem em formações discursivas diferente. Por exemplo, a palavra ‘terra’ não significa o mesmo para um índio, para um agricultor sem terra e para um grande proprietário rural.”

A noção de formação discursiva para Brandão (2004) envolve dois tipos de funcionamento, a saber:

- a) a paráfrase – espaço em que enunciados são retomados e reformulados num esforço constante de fechamento de suas fronteiras em busca da preservação de sua identidade;
- b) o pré-construído – constitui a remissão a uma construção anterior e exterior, independente, por oposição ao que é construído pelo enunciado (BRANDÃO, 2004, p.48).

No caso em tela, a formação discursiva está intimamente ligada aos Parlamentares, pois é a ideologia deles – de seus partidos, do Congresso, de suas religiões e até de suas famílias e vizinhos etc. – que determina o “que deve e pode ser dito” no âmbito do

Senado e da Câmara dos Deputados. Dessa maneira, esses indivíduos se constituem como sujeitos de práticas sociais, e o sentido de seus enunciados se determinam em relação à sua posição de sujeito, que, por sua vez, é determinada sócio-historicamente.

Esse fato requer dos revisores de texto o devido respeito e cuidado na revisão. A preservação das marcas lingüísticas do texto enquanto recorte discursivo é imprescindível para que os leitores – os cidadãos – possam (re)construir, a partir dessas marcas, os sentidos do que é dito pelos parlamentares. Desse modo, o povo poderá optar mais conscientemente pelos seus representantes e de seus Estados. Cada um – parlamentar e cidadãos – deve ter o direito de interagir pelo discurso e de ser respeitado na sua origem e particularidades, ou seja, na sua identidade.

Esses conhecimentos e peculiaridades são essenciais para o revisor, assim como é fundamental e importante a definição de gênero para a aplicação do conceito de correção aos textos. Haja vista que há critério de distinção do que pode ser considerado discursivamente adequado ou inadequado: as marcas da identidade presentes nos textos parlamentares, que possuem autores de formações discursivas e ideológicas diferentes, assim como também o são seus interlocutores. Não se deseja com isso, dizer que a norma culta seja inadequada a esses discursos, mas que determinados fatos lingüísticos presentes nos textos parlamentares são marcas de autoria – da formação discursiva do autor –, e devem ser preservados. Isso, sob pena de aqueles que elegem os parlamentares não saberem mais quem são os seus representantes, não poderem reconhecê-los nos textos e a si mesmos, dado que seus representantes devem ter com eles uma relação discursiva e ideológica.

Percebemos que a análise da correção gramatical é, portanto, apenas uma das tarefas do revisor – e, diga-se de passagem, a mais simples –; a intervenção do profissional lingüista não se limita a esse desiderato, até porque o que se pode considerar como “erro” ou

“desvio” lingüístico depende de outras análises muito mais profundas, inclusive as concernentes à função identitária da linguagem, uma das três dimensões da linguagem, segundo Norman Fairclough (1992). Conhecer o autor do texto e saber distinguir o seu estilo, sua identidade e o contexto em que o discurso foi produzido e está sendo propalado são também pré-requisitos indispensáveis à excelência da revisão textual.

A função identitária – exposta no texto e recuperável, até certo ponto, pelas marcas lingüísticas do autor – é, entretanto, mais ampla. Por meio dela se pode apontar quais são os prováveis interlocutores do texto, aqueles a quem se destina o texto e que interagem com ele. Por meio das marcas lingüísticas da identidade é possível que o revisor possa definir quais são, por exemplo, as escolhas lexicais mais apropriadas ao texto, naquele processo de interação e até optar por não mudar as palavras escolhidas pelo parlamentar.

### **1.2.2 A ideologia e a formação ideológica**

Segundo Mclellan (1987), o termo ideologia foi, pela primeira vez, registrado por Antoine Destutt de Tracy, em 1797, período de grande influência de pensadores Iluministas. Adquiriu força política e fundamentação na obra “Elementos da Ideologia”, escrita entre 1801 e 1815, na qual de Tracy propôs uma nova ciência de idéias, “idéia-logia”, que seria a base de todas as outras ciências, pois estuda a formação das idéias a partir das observações das relações entre o corpo humano e o meio ambiente.

Mclellan (1987), assim explica a terminologia usada por de Tracy:

(...) Rejeitando o conceito de idéias natas, de Tracy explicou como as nossas idéias são baseadas em sensações físicas. Uma investigação racional da origem das idéias, liberta de todo o preconceito religioso ou metafísico, seria a base para uma sociedade justa e feliz. Pois que a investigação das idéias individuais mostraria a sua

origem comum nas necessidades e desejos universais do homem (MCLELLAN, 1987, p. 20).

Chauí (1994, p. 22) afirma que de Tracy elaborou uma teoria sobre as faculdades sensíveis, responsáveis pela criação e formação de nossas idéias, com base na vontade, razão percepção e memória.

Segundo Macridis (1982, p. 18), todos nós, sabendo ou não, segue ideologia(s), mesmo aqueles que abertamente alegam que não a seguem. Todos acreditam em alguma coisa e dão valor a elas, por exemplo, propriedade, amigos, lei, liberdade, poder etc. Todos vêem e sentem o mundo de uma ou de outra maneira e sobre ele tecem suas idéias e julgamentos.

Independentemente do seguimento social a que pertença o indivíduo, ele será influenciado por idéias e apelos ideológicos. A população brasileira teve um exemplo recente com o referendo da comercialização ou não de armas de fogo. Sem dúvida, o discurso mais convincente foi o vitorioso. Houve grande manipulação de dados e uma propaganda maculada de perda de direito do cidadão, caso o “sim” ganhasse. Como ninguém quer perder direito – incluindo o fato de poder se proteger de bandidos –, esse argumento ideologicamente posto contribuiu para a vitória do “não”. No entanto, a ideologia que pedia o “sim” no referendo se torna vitoriosa quando da entrada em vigor, há pouco tempo, do Estatuto do Desarmamento.

Isso mostra que as vias para conseguir implementar o que se determina ideologicamente nem sempre são as mais corretas. A população – que não costuma ler os projetos de lei e defender sua própria ideologia – parece não saber que o “direito” de portar armas foi, desse modo, lhe tirado. Reconhecer que a linguagem e os sujeitos do discurso são intrinsecamente ideológicos e que as atitudes de todos são determinadas por ideologias que contribui para uma maior conscientização e, portanto, maior possibilidade de intervenção política. Os revisores de texto devem entender isso e perceber que qualquer mudança que eles fazem nos textos pode ser capaz de tirar do povo as marcas lingüísticas da ideologia do autor

e dificultar a re(construção) desses sentidos pelo cidadão.

A grande maioria da população sofre influência e pode ser manipulada ou instigada, principalmente quando se trata de temas relacionados à honra, ao patriotismo, à família, à religião, ao esporte, à política, à economia, ao racismo ou à classe social se estes são postos textualmente, por exemplo, com uma linguagem pretensamente neutra e imparcial. Daí não se poder, em um texto de opinião – como são os textos parlamentares – usar as formas lingüísticas chamadas de impessoais. Elas conferem ao texto o efeito de sentido de “verdadeiro”, já que se configuram como marcadoras de textos de referência. Isso não é adequado do ponto de vista discursivo, pois é preciso que as marcas da ideologia do autor se preservem no texto para que possam ser resgatas pelo leitor, que, normalmente, desconhece o fato de que todo texto é intrinsecamente ideológico. Se não tiver os devidos cuidados no momento de revisão, o revisor de texto pode acabar contribuindo para que o cidadão seja política e ideologicamente manipulado.

O vocábulo ideologia, ao longo dos anos, arrasta consigo muitas conotações pejorativas. Chauí (1994, p. 24) expõe o fato de que Napoleão Bonaparte foi um dos primeiros a fazer uma declaração nesse sentido, num discurso ao Conselho de Estado, em 1821, quando disse:

Todas as desgraças que afligem nossa bela França devem ser atribuídas à ideologia, essa tenebrosa metafísica que, buscando com sutilezas e causas primeiras, quer fundar sobre suas bases a legislação dos povos, em vez de adaptar as leis ao conhecimento do coração humano e às lições da história (NAPOLEÃO apud CHAUI, 1994, p. 24).

A princípio, a ideologia tem múltiplas funções sociais, porque está ligada diretamente ao comportamento dos indivíduos e a sua ação política e social. Ela mobiliza, consolida, critica ou traz apoio em favor ou contra uma política, um governo ou mesmo um regime político, além de determinar opiniões, conceitos, posturas etc.

Segundo Macridis (1982, p. 25), há três tipos de ideologias políticas, mas essa classificação se faz apenas no campo da formalidade, porque as ideologias estão sempre em constante processo de mutação. São eles:

a) *Status quo* ou conservadoras. São ideologias que defendem racionalizam a ordem econômica, social e política existente, em qualquer época e em qualquer sociedade.

b) Radicais ou revolucionárias. São as ideologias que advogam mudanças de longo alcance na ordem social, econômica e política existente.

c) Reformistas – São ideologias que favorece as mudanças graduais, ou seja, seguem por caminhos diferentes, mas com um único objetivo a ser alcançado.

As “ideologias políticas” recebem uma classificação de importância conforme certos critérios de análise pelos estudiosos no assunto, baseados na amplitude, difusão, extensão e intensidade. Dessa maneira, podemos exemplificar a propagação dos mais variados movimentos políticos e ideológicos contemporâneos, dentre os quais destacamos como se classificam as ideologias quanto a sua importância: liberalismo, capitalismo, socialismo democrático, socialismo, comunismo, consocialismo, corporativismo, anarquismo, stalinismo etc (Macridis, 1982).

Diante do exposto, e por tudo que foi abordado, conclui-se que a o termo ideologia é muito mais amplo e de difícil definição. Tanto é verdade que os mais renomados escritores trazem certa divergência quanto à definição de ideologia. Vejamos abaixo as acepções dessa palavra que constam em “O Novo Dicionário Aurélio”, *verbis*:

1. Ciência da formação das idéias; tratado das idéias em abstrato; sistema de idéias.
2. Filos. Pensamento teórico que pretende desenvolver-se sobre seus próprios princípios abstratos, mas que, na realidade, é a expressão de fatos, principalmente sociais e econômicos, que não são levados em conta ou não são expressamente reconhecidos como determinantes daquele pensamento.
3. Pol. Sistema de idéias dogmaticamente organizado como um instrumento de luta

política.

4. conjunto de idéias próprias de um grupo, de uma época e que traduzem uma situação histórica (AURELIO, 2004).

Macridis, após examinar diversas concepções do termo ideologia, conceitua ideologia, segundo o seu ponto de vista, da seguinte maneira:

Uma ideologia consiste de um conjunto de idéias e crenças através das quais percebemos o mundo exterior e atuamos sobre nossa informação. É um meio através do qual tentamos aprender e compreender o mundo. Finalmente, as ideologias são orientadas para ação. Isto é, consistem de idéias compartilhadas por muitas pessoas que agem juntas ou são influenciadas a agir juntas de forma a alcançar fins postulados (MACRIDIS, 1982, p. 20).

Segundo Bobbio (1994, p. 585), não existiria nenhuma outra palavra que possa ser comparada à ideologia pela freqüência e a quantidade de gama de significados diferentes que lhe são atribuídos. Bobbio (1994) apresenta dois tipos de significado que propôs chamar de “significado fraco” e de “significado forte” da ideologia, *verbis*:

No seu significado fraco, Ideologia designa o *genus*, ou *species* diversamente definida, dos sistemas de crenças política: um conjunto de idéias e de valores respeitantes à ordem pública e tendo como função orientar os comportamentos políticos coletivos. O significado forte tem origem no conceito de Ideologia de Marx, entendido como falsa consciência das relações de domínio entre classes, e se diferencia claramente do primeiro porque mantém, no próprio centro, diversamente modificada, corrigida ou alterada pelos vários autores, a noção da falsidade: Ideologia é uma crença falsa (BOBBIO, 1994, p. 585).

O significado fraco de Ideologia, para Bobbio (1994), está relacionado ao tema “fim”, ou seja, o do declínio das ideologias nas sociedades industriais do Ocidente. Enquanto o significado forte está inteiramente integrado ao pensamento de Marx, nas idéias e teorias determinadas pelas relações de dominação entre as classes, a denominada falsa consciência.

Thompson (1995) ao desenvolver o conceito de ideologia fundamenta-se em dois conjuntos de pressupostos. O primeiro conjunto de pressupostos abrange idéias originárias do trabalho de Marx e Weber, que constituem um referencial teórico geral de transformações culturais ligadas ao surgimento das sociedades industriais modernas. Thompson nomeou esse referencial de “a grande narrativa da transformação cultural”. O segundo conjunto constitui

uma explicação teórica geral do pensamento social e político, denominada “teoria da reprodução social organizada pelo Estado e legitimada pela ideologia”. Daí provém o conceito de ideologia na concepção de Thompson:

Ideologia é o conjunto de valores e crenças que são produzidos e difundidos pelas agências do estado e que servem para reproduzir a ordem social através da garantia de adesão das pessoas (THOMPSON, 1995, p. 98).

Thompson (1995, p. 117) ao examinar a grande narrativa na transformação cultural baseou-se em três elementos chaves: o surgimento do capitalismo industrial na Europa, o declínio da religião e os movimentos revolucionários radicais no final do século XIX e começo do século XX.

Todavia, esse autor entende que a limitação da grande narrativa minimiza a importância de mediação da cultura moderna. E que as instituições e processos de comunicação de massa assumiram uma importância enorme dentro das sociedades modernas. Porém, a ideologia transfere-se para os meios universitários, locais em que os intelectuais continuam a cultivar o mundo escrito, devido ao deslocamento da ideologia na sociedade como um todo, pelos produtos dos meios eletrônicos.

A teoria geral da reprodução social organizada pelo estado e legitimada pela ideologia pode ser reconstruída de três passos:

- 1 – A reprodução das relações sociais exige não apenas a reprodução das condições materiais da vida social (alimentação, habitação, máquinas etc), mas também a reprodução dos valores e crenças socialmente partilhados;
- 2 – Alguns dos valores e crenças socialmente partilhados constituem os elementos da ideologia dominante que, por estar difundida na sociedade, garante a adesão das pessoas à ordem social.
- 3 – A reprodução e difusão da ideologia dominante é uma das tarefas do estado, ou das agências particulares e dos oficiais do estado (THOMPSON, 1995, p. 117).

De acordo com Thompson (1995, p. 104), a Teoria Consensual da Reprodução Social divide em teoria consensual central e a teoria consensual diferenciada. A Teoria Consensual defende a existência de certos valores e crenças centrais, por exemplo, liberdade,

democracia, igualdade racial, soberania etc. Enquanto a Teoria Consensual Diferenciada dá menos ênfase à questão da existência de valores e crenças. Todavia, Thompson (1995) afirma que ambas teorias são muito limitadas. A teoria consensual exagera nos valores e crenças particulares, enquanto a teoria consensual diferenciada não pressupõe a existência de um conjunto central de crenças e valores amplamente partilhados.

O termo ideologia, ainda conforme Thompson (1995), durante décadas, teve uma conotação materialista econômica, bem como uma concepção pejorativa, entretanto, jamais perdeu a sua função social, porque a ideologia está ligada diretamente ao comportamento dos indivíduos e à ação política.

Tudo isso se manifesta diariamente em todos os lugares e, no Congresso Nacional brasileiro, tem o taquígrafo e o revisor a responsabilidade de traduzir fielmente o pensamento político de cada parlamentar, ou seja, as várias formações discursivas das quais eles falam. Isso significa dizer que os discursos são governados por formações ideológicas. Além disso, constitui o discurso um dos aspectos materiais de ideologia (BRANDÃO, 2004, p. 27).

Nesse aspecto, temos que a linguagem enquanto discurso não constitui um universo de signos com a finalidade exclusiva de ser um instrumento de comunicação mas como algo que funciona também como interação e modo de produção social (BRANDÃO, 2004, p. 11). A linguagem sempre, em qualquer situação – e, por conseguinte, tanto no Congresso Nacional quanto nas comunidades locais – é um lugar de conflito, ou seja, é um espaço próprio para o confronto ideológico. Por essa razão, a linguagem não pode ser estudada – ou revisada – fora da sociedade, e sem ter em conta os fatores ideológicos, porque os processos que a constituem são políticos, históricos e sociais.

Sendo o discurso um dos aspectos materiais das ideologias (BRANDÃO, 2004, p. 47), tem-se em conta, neste trabalho, que o sujeito ideológico é levado a ocupar seu lugar,

conscientizado ou não, em um dos grupos ou classes de uma determinada formação social e adquire posição política ideológica, caracterizando entre si relações de aliança, de antagonismo ou de dominação.

A formação ideológica tem necessariamente como um dos seus componentes uma ou mais formações discursivas interligadas. Desta maneira, o sujeito ideológico se faz presente no discurso como instrumento do pensamento e um reflexo da realidade em que vive (ORLANDI, 2005, p. 51).

Infelizmente quando se refere aos representantes do povo e dos Estados da Federação, escolhidos pela sociedade, a concepção de althusseriana de ideologia “como forma de cimento social” (ALTHUSSER, 1996) parece ser ainda a que mais se aplica, visto que eles propagam discursos sem pensar conscientemente em ideologia de mudança, de transformação social, o que vale é que tenha continuação e se preserve a dominação e a hegemonia do poder e de uma elite. Tudo isso torna mais laboriosa a tarefa do revisor e é, por isso mesmo, que ele deve ter mais cuidado e mais consciência na revisão. A ideologia manifesta nos textos parlamentares e resgatáveis pelas marcas lingüísticas presentes nesses textos devem ser preservadas. Uma revisão que não tenha em conta esses fatores, dá margem à dominação, é conivente com ela.

### **1.3 O texto**

Desde o surgimento da Lingüística Textual, a partir da segunda metade da década de 60, o conceito de texto tem sido discutido calorosamente, com definições doutrinárias as mais diversas. O enfoque priorístico se deu a duas propriedades do texto: a coesão e a

coerência. Já a partir da década de 80, com ampliação do conceito de coerência (Koch,1990, p. XIII ) “passou-se a postular que a coerência não constitui mera propriedade ou qualidade do texto em si, mas (...) um fenômeno muito mais amplo, visto que ela se constrói, em dada situação de interação, entre o texto e seus usuários, em função da atuação de uma complexa rede de fatores, de ordem lingüística, cognitiva, sociocultural e interacional”.

Na fase seguinte, o texto passou a ser lugar de interação entre atores sociais, um espaço de construção de sentidos. Esta foi a tônica da década de 1990, quando dominou a concepção de texto de base sociocognitiva-interacional, fruto do trabalho de Dijk e Kintsch (1983). Temas como referenciação, inferenciação e acesso ao conhecimento prévio passaram a influenciar a visão sociocognitiva do texto. Surge, então, na análise da construção de sentidos do texto, a grande influência dos estudos de Bakhtin (2000) acerca do gênero textual. As ponderações do lingüista russo tornaram-se paradigma dos trabalhos de pesquisa lingüística a partir da década de 90, conduzindo inclusive, os estudos da relação oralidade/escrita, que adquiriram grande projeção nos estudos lingüísticos.

Segundo Koch e Travaglia, texto é uma

(...) unidade lingüística concreta (perceptível pela visão ou pela audição), que é tomada pelos usuários da língua (falante, escritor/ouvinte, leitor) em uma situação de interação comunicativa, como uma unidade de sentido e como preenchendo uma função comunicativa reconhecível e reconhecida, independentemente de sua extensão (KOCH; TRAVAGLIA, 1990, p. 10).

Considerando essa concepção de texto, adotada como pilar deste trabalho, trata-se, mais à frente, dos sete princípios de construção textual dos efeitos de sentido, os chamados requisitos de textualidade.

Antes, porém, é importante dizer que o discurso se caracteriza tanto pelos textos quanto pelos sujeitos, os quais, segundo Foucault (apud ORLANDI, 2005, p. 53), podem ocupar várias posições no texto, ou seja, o sujeito do discurso é heterogêneo, e essa

heterogeneidade é também marcada pela descontinuidade do sujeito e do texto como espaço de dissensões múltiplas.

Partindo da afirmação de Orlandi (2005, p. 53) de que discurso é uma dispersão de textos e o texto é uma dispersão do sujeito e que este ocupa várias posições no texto, tem-se que no texto tramitam discursos e ideologias vários. Nos discursos dos parlamentares é bem visível a relação do sujeito com o seu dizer e os seus interlocutores. Por exemplo, as marcas regionais de cada parlamentar se deixam entrever textualmente.

Todavia, as palavras da fala de um parlamentar podem ter mudanças de sentido se empregadas em posições diferentes. Desse modo, fica bem nítido o motivo de o revisor não poder interferir tanto no texto do parlamentar, uma vez que mudanças nas construções discursivas podem alterar seus efeitos de caráter ideológico.

### **1.3.1 A textualidade e a semânticidade**

A partir da concepção de texto dada por Koch, temos sete princípios de construção textual do sentido: os chamados requisitos de textualidade, classificados por Beaugrande & Dressler (1981).

No estudo da Linguística Textual, segundo esses autores, dois critérios estão centrados no texto – coesão e coerência – e cinco centrados no usuário – situacionalidade, informalidade, intertextualidade, intencionalidade e aceitabilidade.

Entretanto, na visão de Koch (2004, p. 170), os princípios de textualização “deixam de ser vistos como critérios ou padrões que um texto deve satisfazer, mas como um

conjunto de condições que orienta cognitivamente a produção de um evento interacionalmente comunicativo”. O que significa dizer que esses critérios não permitem identificar as fronteiras entre textos e não-textos, mas condições que conduzem sociocognitivamente à produção de eventos interativamente comunicativos.

Em relação aos requisitos de textualidade, os referentes aos usuários são de fácil compreensão e identificação no texto. Em contrapartida, os centrados no texto merecem um enfoque maior, os quais são analisados a seguir.

#### **1.3.1.1 A coesão**

Koch (1990, p. 17), seguindo o que postulam Halliday & Hasan, conceitua coesão textual, a saber: “a coesão ocorre quando a interpretação de algum elemento no discurso é dependente da de outro. Um pressupõe o outro, no sentido de que não pode ser efetivamente decodificado a não ser por recurso ao outro”. Essa autora considera a coesão como parte de uma língua, havendo necessariamente uma relação semântica entre um elemento do texto e algum outro elemento crucial para sua interpretação.

Halliday e Hasan (apud Koch, 1990, p. 19) distinguem em cinco mecanismos de coesão:

- a) Referência, pode ser pessoal (feita por meio de pronomes pessoais e possessivos), demonstrativa (realizadas por meio de pronomes demonstrativos e advérbios indicativos de lugar) e comparativa (efetuada por via indireta, por meio de identidade e similaridades);

- b) Substituição consiste na substituição de um item em lugar de outro elemento no texto (nominal, verbal ou frasal);
- c) Elipse seria a omissão de item lexical (nominal, verbal ou frasal);
- d) Conjunção estabelece relações significativas específicas (aditiva, adversativa, causal, temporal, continuativa);
- e) Coesão lexical é obtida por meio de dois mecanismos: a reiteração (sinônimos, hiperônimos e nomes genéricos) e a colocação (uso de nomes termos pertencentes a um mesmo campo significativo).

O revisor de texto tem um papel importante em relação aos mecanismos de coesão. O revisor, ao transferir a fala do parlamentar para a escrita, tem de ter a sensibilidade de acrescentar os recursos coesivos necessários, para dar continuidade e sentido ao texto, mas com o devido cuidado para não modificar o sentido do texto. Porém, há um problema que se faz, de certo modo, complexo ao se resolver. Pode ocorrer, por exemplo, de a fala do parlamentar ser totalmente destituída de recursos coesivos ou recheados de conectivos inadequados à escrita, e que servem apenas para chamar a atenção do ouvinte na fala, por exemplo: tá ... tá, né ... né, aí... aí. Nesse caso o revisor deve escolher com cuidado os operadores argumentativos a serem usados, e não, de forma automática, aqueles de que mais gosta ou que tem mais hábito de usar.

Outro fator que deve ser observado pelo revisor é a troca de um operador argumentativo, mesmo que seja por outro semelhante, porque isso pode possibilitar uma mudança de sentido. Para ilustrar, vejamos abaixo um exemplo tirado de um texto parlamentar:

- **Agora o Presidente veta o aumento de 15% para os servidores desta Casa. Não sei dos servidores outros, mas os da Casa são excelentes.**

Caso haja a troca pelo operador “apenas”, uma conjunção de valor argumentativo, por um operador que orienta para a negação da totalidade, isso pode levar à conclusão de que somente os servidores da Casa são excelentes. Vejamos como ficaria o exemplo com a modificação:

- **Agora o Presidente veta o aumento de 15% para os servidores desta Casa. Não sei dos servidores outros, apenas os da Casa são excelentes.**

Fica claro que a coesão de um texto necessita da presença de conectivos ou elementos de conexão, mas seu uso deve ser cuidadoso, já que os operadores argumentativos, de modo geral, servem para emitir juízos de valor (GARCEZ, 2001). Esses termos fazem o encadeamento semântico entre as sentenças, bem como ligam sintaticamente as sentenças umas às outras, mas são também marcas lingüísticas da ideologia. Um exemplo é a articulação sintática de oposição, denominação dada por Abreu (1996, p. 22), que se faz por meio de dois tipos de processos: a coordenação adversativa e a subordinação concessiva.

Os principais articulares da coordenação adversativa são: mas, porém, contudo, todavia, entretanto, no entanto (ABREU, 1996). Vejamos o exemplo:

- **A Câmara dos Deputados inocentou 10 Deputados acusados de receber o mensalão, mas não conseguiu condenar todos os envolvidos.**

Enquanto os principais articuladores da subordinação são: articulação sintática de causa (porque, pois, como, por isso que, já que, vista de, devido a, etc.) de condição (partícula “se”), de fim (a fim de, com o propósito de, para, etc.) e de conclusão (logo, portanto, então, assim, por isso, etc.).

Tanto o taquígrafo quanto o revisor são os principais responsáveis pela escolha do conectivo a ser utilizado no texto do parlamentar, a fim de corresponder exatamente àquilo que deseja dizer o deputado, já que os elementos de coesão servem para dar clareza, unidade, continuidade e consistência ao texto. Eles, no entanto, não podem mudar – em nome dessa

clareza, unidade, continuidade e consistência – o que foi efetivamente enunciado: todo texto tem um autor – ou mais de um – e é a esse autor, à sua visão de mundo, à sua ideologia, que devem remeter as marcas lingüísticas do texto e não ao revisor, à visão de mundo do revisor e à ideologia do revisor.

Essa é uma tarefa bastante difícil para o taquígrafo e o revisor, por que muitas das vezes o parlamentar, no momento em que enuncia, não tem consciência total de que esses elementos de coesão possuem cada um deles um valor semântico ou constróem uma relação semântica determinada, como causa, finalidade, conclusão e contradição (FIORIN, 2003, p. 279). E o uso inadequado desses elementos de coesão, sem qualquer critério, acarreta sérios prejuízos de entendimento e clareza do texto. Por outro lado, se modificados indistintamente pelo revisor, provocam prejuízos de ordem discursiva, como ideológicos, já citados.

### **1.3.1.2 A coerência**

Em crítica a Beaugrande e Dressler , Koch (2004) não considera a coerência apenas um dos critérios de textualidade entre os demais, e muito menos centrado no texto. Para a autora, ela “constitui o resultado da confluência de todos os demais fatores, aliados a mecanismos e processos de ordem cognitiva, como o conhecimento enciclopédico, o conhecimento compartilhado, o conhecimento procedural, etc.”(ibid., p.43).

A coerência resultaria, portanto, da construção de sentidos pelos sujeitos a partir do texto (e não somente no texto), para a qual estariam contribuindo, além dos outros critérios já apresentados, os seguintes elementos: fatores de contextualização (MARCUSCHI, 1999), consistência e relevância, focalização (KOCH; TRAVAGLIA, 1990) e conhecimento

compartilhado.

A intenção, quando se enuncia, é de que o texto seja compreendido por qualquer leitor, para isso é necessário ser claro e preciso, o quanto possível. No entanto, visto que a linguagem é intrinsecamente ideológica, opaca, subjetiva, não é neutra ou imparcial, essa é uma tarefa difícil. A definição dada por Fiorin (2003) para texto coerente é a seguinte:

Um texto coerente é um conjunto harmônico, em que todas as partes se encaixam de maneira complementar de modo que não haja nada destoante, nada ilógico, nada contraditório, nada desconexo. No texto coerente, não há nenhuma parte que não se solidarize com as demais (FIORIN, 2003, p. 261).

Desta maneira, temos que uma seqüência de textos ou de frases para ser coerente deve ter consistência e interligação semântica entre os conceitos e idéias expostas. Cada parte deve estar vinculada à outra parte semântica e discursivamente, de modo a convergirem todas para uma mesma conclusão. É por meio disso que o leitor compreenderá o texto: ligando idéias, fatos, lugares e conhecimentos pré-existentes.

A coerência também depende do momento e da situação do texto. Por isso mesmo que um determinado texto pode ser coerente para alguns ouvintes, mas não para outros. Nos textos produzidos no âmbito do Congresso Nacional essa é uma característica marcante, haja vista as grandes diferenças de culturas e experiências anteriores, tanto dos parlamentares quanto dos assessores que produzem os pronunciamentos (discursos) deles.

Há casos também em que, numa determinada situação, para um mesmo ouvinte, o texto inicialmente não é entendido como coerente, mas se torna coerente mais tarde, com acréscimos de novas informações e dados feitos pelo revisor. No caso da taquigrafia, por exemplo, que registra pequenos excertos, muitas vezes parece não fazer sentido o que o parlamentar está dizendo. Quem tem a visão geral do texto é o revisor, cabendo a ele dar-lhe a desejada coerência, se isso não tiver sido feito pelo parlamentar. É ele que deve buscar

compreender o dito, considerando suas características discursivas – que são ideológicas e situacionais –, para, só depois, fazer a revisão de modo adequado em relação às pretensões do autor. Também pode ocorrer a falta de coerência, nesse gênero textual, quando o parlamentar é muito prolixo e não conclui as idéias lançadas inicialmente. Essa é outra situação em que deve atuar com cautela o revisor. Se o orador é prolixo, até que ponto o revisor deve interferir? Ele, simplesmente, deve reduzir o texto do parlamentar em nome da pretensa objetividade ou deve deixar que o representante escolhido pelo povo se mostre, mostre sua atuação? Essas são perguntas que um revisor deve se fazer em tais circunstâncias.

Para Abreu (1996) existem várias fontes da coerência de um texto, dentre elas se destaca a adequação do texto à sua macroestrutura que pode ser de um texto argumentativo ou um texto narrativo. No caso da macroestrutura do texto argumentativo as partes mais importantes são: tema e problema. Para Abreu (1996, p. 32) um texto será sempre coerente desde que haja inicialmente a implicação de um tema e um problema.

As outras partes da macroestrutura do texto argumentativo compreendem a hipótese, a tese e a argumentação. Na verdade, essas são as possíveis respostas para a solução de um dado problema, que bem fundamentadas propiciam ao texto um grau de coerência bastante grande.

Isso se dá no texto argumentativo, enquanto a macroestrutura do texto narrativo parece bastante simples e dificilmente não é coesa, porque se trata de um relato em ordem cronológica, o que se aprende se habitua a fazer desde criança. Alguns exemplos desse tipo de texto no mundo adulto são: redação de ata, de um relatório ou uma experiência científica. Mesmo pessoas pouco escolarizadas, de um modo ou de outro, acabam conseguindo fazer coerentemente um relato de algo ou uma ata de reunião.

### 1.3.2 O texto Parlamentar

Os textos proferidos pelos parlamentares, independentemente de terem uma linguagem rebuscada, em termos de escolha lexical, contêm diversos jargões técnicos, político-parlamentares, geralmente utilizados de modo dinâmico, com explícita intencionalidade, principalmente na tumultuada fase de votação de projetos.

O Manual de Redação da Câmara dos Deputados faz referência à linguagem no pronunciamento parlamentar, e considera que devem ser mantidas as características próprias de cada orador ou redator, mas com observância das regras de estilo da redação oficial, excetuadas a impessoalidade e a padronização, visto que se trata de um texto de autoria individual. Desse modo, esse Manual (2004, p. 39) entende que “são de evitar os preciosismos, os rebuscamentos, os arcaísmos sintáticos ou lexicais, para que a mensagem não se perca no trajeto emissor-receptor”.

Um texto parlamentar geralmente é proferido na tribuna e, por consequência, possui características de oralidade. Esta, no entanto, de acordo com o citado Manual de Redação (2004, p. 39):

(...) não se confunde com a informalidade que vige no registro distenso da língua, registro este que dá muita, se não total, liberdade ao falante de usar a língua como instrumento elementar de comunicação, sem a necessidade do comprometimento com a formalidade gramatical.

A seguir, temos um claro exemplo de prática discursiva, uma breve intervenção do Deputado Federal Fernando Ferro, do Partido dos Trabalhadores, proferida no dia 5 de julho de 2005, na Sessão da Câmara dos Deputados nº 165.3.52.O, às 12h28min, na fase denominada Ordem do Dia, período em que são realizadas as votações na Casa. Vejamos:

**O SR. FERNANDO FERRO** (PT-PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente,

somos contrários ao requerimento [que solicita a retirada de pauta da matéria], primeiro, pelo fato de a medida provisória destinar 30 milhões de reais para atender à população da Região Sul penalizada pela estiagem. O mérito da matéria exige votação imediata. Além disso, não concordamos com o processo de obstrução desencadeado pela Oposição. Queremos votar a matéria, a fim de liberar a pauta e estabelecer os instrumentos de investigação de que esta Casa precisa para fazer uma limpeza política, como é de seu desejo. Queremos aprovar o requerimento de instalação da CPI que analisará a compra de votos. É bom que a sociedade brasileira saiba que queremos destinar recursos à população atingida pela estiagem no Rio Grande do Sul, a qual está sendo penalizada pelo processo de obstrução patrocinado pela Oposição. Portanto, somos contra o requerimento de retirada de pauta da matéria em análise. Nosso voto é “não”, Sr. Presidente.

Nota-se claramente que o texto é extremamente técnico, com uma linguagem *interna corporis*, regimental, típica da Casa de Leis. Para que seja inteligível a pessoas que não têm familiaridade com os termos especificamente utilizados na elaboração de leis, é necessário traduzir o trecho de forma que todos possam compreender o mérito da intervenção. Trata-se do pronunciamento de um Parlamentar da Situação: o Deputado Fernando de Ferro pertence ao mesmo partido do Presidente da República do Brasil, o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva. Justamente por isso, intentava aquele Parlamentar fosse votada e aprovada uma medida provisória enviada pelo Chefe do Poder Executivo ao Congresso Nacional.

Para evitar que a medida provisória fosse votada, a Oposição impetrou um requerimento solicitando a retirada de pauta da matéria, como uma forma de obstruir a votação pretendida pela Situação. O Deputado Fernando Ferro, então, propugnou que o requerimento que obstaculizava a votação da medida provisória fosse rejeitado, alardeando, para tanto, duas razões que considerava relevantes: a urgência da medida provisória, já que esta propunha a destinação de verba para amenizar efeitos da estiagem na Região Sul, e a necessidade de desobstrução da pauta, para que se pudesse votar outra matéria também importante: a criação de uma CPI.

O texto parlamentar tem inicialmente sua construção nos gabinetes (escrita) ou na tribuna da Câmara dos Deputados (oral). Depois disso, o taquígrafo e o revisor são os responsáveis pela reprodução dos pronunciamentos, que deve considerar a formação

discursiva do parlamentar e não a sua (do taquígrafo ou do revisor). Caso contrário, como resultado final, os discursos seriam todos semelhantes ou iguais, pelo menos do ponto de vista ideológico, independente do parlamentar que o pronunciou, de seu partido político, de quem ele é representante e de para quem ele fala.

Segundo Geraldi (1997), o autor do texto compromete-se discursivamente com o que diz:

[...] é precisamente o fato de o sujeito comprometer-se com sua palavra e de sua articulação individual com a formação discursiva de que faz parte, mesmo quando dela não está consciente (GERALDI, 1997, p. 136).

O parlamentar compromete-se com seu texto e tanto o taquígrafo quanto o revisor podem interferir nisso, ao modificar esse texto. O parlamentar pode até não ter consciência de seu vínculo necessário com sua formação discursiva, mas o taquígrafo e o revisor devem se conscientizar disso, sob pena de modificando o texto, tornar-se seus (co)autores e que o texto – do parlamentar – torne-se representativo de suas próprias formações discursivas. É ao parlamentar que o texto deve se remeter. As marcas lingüísticas devem revelar a autoria do texto de modo a resgatar aquele que se diz no texto, que deve continuar sendo o deputado ou o senador e não o taquígrafo ou o revisor.

Cada deputado traz consigo marcas próprias, principalmente em relação à estrutura lexical. Por essa razão a função do taquígrafo ou do revisor não é apenas acrescentar e substituir palavras ou frases, unir as sentenças por meio de conetivos, mudar de lugar ou reagrupar os elementos e corrigir erros gramaticais, mas, sempre que possível, manter a fidelidade semântica e discursiva ao autor, para não prejudicar a continuidade, a clareza e a ordem do discurso. Além do que a substituição ou eliminação de palavras ou expressões podem, de forma significativa, modificar o sentido do texto e, como consequência, mudança de foco discursivo. Alguns exemplos disso estão expostos no capítulo de análise.

## 1.4 Os manuais, as regras e os erros.

É evidente que há diferenças e semelhanças lingüísticas nos textos escritos e falados, as quais se restringiam a uma dicotomia errônea. Assim, a escrita era tida como estável, sem variação, estruturalmente elaborada, complexa, formal e abstrata, enquanto a fala, ao contrário, como concreta, contextual e estruturalmente simples, marcada pela variação (MARCUSCHI, 1999). Essa caracterização é e evidentemente idealizada, pois, além de não contemplar a correlação das duas modalidades entre si, considera cada uma um fenômeno monobloco, estático e homogêneo (José Gaston Hilgert – A construção do texto “falado” por escrito: conversação na Internet).

Há diversos manuais que orientam e são referências na aplicação das regras gramaticais, haja vista a necessidade de correção ortográfica e gramatical de texto. O objetivo desses manuais é transmitir idéias (regras) de forma clara e bem construída, para que haja uma boa produção de texto e que possa receber um polimento com uma boa revisão ortográfica. Os manuais sintetizam o pensamento dos grandes doutrinadores, facilitando o acesso à bibliografia ou especialista do assunto. É também de fácil manuseação, dada a sua condição de guias. Destacam-se entre os mais utilizados pelos taquígrafos e revisores, por exemplo, Manual de Redação e Estilo de O Estado de S. Paulo, Manual de Redação da Presidência da República e o Manual de Redação da Câmara dos Deputados.

O Departamento de Taquigrafia da Câmara dos Deputados possui seu próprio manual para orientar e facilitar os trabalhos de seus comandados, conforme Preâmbulo, (2001), *verbis*:

O presente Manual, disponível apenas em meio eletrônico, está embasado nos padrões da norma culta da língua portuguesa e terá como objetivo principal a uniformização dos registros taquigráficos, com revisão e redação final, pelo

Departamento de Taquigrafia da Câmara dos Deputados.

Contendo praticamente todas as normas de gramática e de redação para o DETAQ, foi provido de índice analítico com hiperlinks remissivos do número de página ao texto.

Questões as mais polêmicas, que insolúveis atravessaram décadas, encontram aqui a sua solução. É o caso, por exemplo, da grafia dos números, que resolvemos, com pouquíssimas exceções, registrar todos em algarismos arábicos (1, 2, 3...).

Todavia, mesmo com o uso desses manuais, controversa é a definição, no que tange às normas gramaticais — e à delimitação do que seja correção idiomática —, de “erro” ou desvio lingüístico. As discussões sobre as mudanças da língua e as inovações idiomáticas fazem parte de um jogo de poder, até certo ponto, antagônico: de um lado, o poder criador dos processos globalizados de comunicação social e, de outro lado, a força conservadora e repressora dos vernaculistas, das elites cultural e intelectual.

Entre essas duas forças está o revisor, no mister de desempenhar o equilíbrio e o ponto de encontro entre esses interesses antípodas. Em seu ofício, como dissemos, o revisor busca definir e atingir o “erro” no texto, a fim de saná-lo. O foco de sua ação é, então, aquilo que se configura como erro, e este é o objeto de sua perquirição. Por esse motivo, poder-se-ia considerar o revisor um coadjuvante na produção do discurso, na feitura do texto, tendo em vista que o resultado final da criação é fruto de seu crivo, de seu aval, de sua releitura. É necessário, portanto, num primeiro momento, definir o que seria “erro” ou “desvio” lingüístico, objeto da persecução quase filosófica do revisor.

Bechara, em 4 de julho de 2000, quando da realização do Ciclo de Conferências “A Língua Portuguesa em Debate”, na Casa Machado de Assis, falou sobre o tema “A Norma Culta em Face da Democratização do Ensino” e das dificuldades de se definir o que é norma culta na língua (ele cita, em auspício às suas razões, o lingüista Mattoso Câmara):

(...) é muito complexo falar de correção da linguagem, da correção idiomática, sem fazer referência a esse esforço dos grandes teóricos da lingüística, principalmente os teóricos do final do século XIX e do início do século XX. São teorias que vêm reformular este conceito de norma, este conceito de norma culta, tanto no plano teórico da linguagem, como no plano da pedagogia, das línguas, e em especial, da

língua portuguesa.

Deixo de lado aqui aquele grupo de lingüistas que acreditam que as preocupações prescritivas da gramática tradicional são inconseqüentes do ponto de vista científico e, portanto, sem nenhum interesse para a lingüística e inoperantes para a vida livre da linguagem, razão por que recomendam que os gramáticos e professores de língua deixem seu idioma em paz. Desta confusão, fala o nosso saudoso Mattoso Câmara, com o peso da sua competência. Cito-o não só para reviver a memória do nosso primeiro lingüista, mas, e por isso mesmo, para mostrar que a crítica parte de um lingüista e não de um gramático ou de um professor de língua.

Diz o Mattoso: ‘Assim, a gramática normativa tem o seu lugar e não se anula diante da gramática descritiva, científica, mas é um lugar à parte, imposto por injunções de ordem prática dentro da sociedade. É um erro profundamente perturbador misturar as duas disciplinas, e pior ainda, fazer lingüística sincrônica com preocupações normativas’. (BECHARA, 2000).

Não obstante as ponderações de Bechara, o primeiro lingüista moderno a tratar da questão da conceituação de “erro” de forma objetiva foi o sueco Adolf Noreen (apud Cunha, 2004, p. 5), segundo o qual há três critérios principais de correção: o histórico-literário, em que a correção esteia-se no exemplo dos clássicos ou no uso encontrado nos escritores de uma determinada época, escolhida aleatoriamente; o histórico-cultural — que Jens Otto Harrys Jespersen (JESPERSEN, 1971), em crítica, cognominou “anárquico” — considera que não há erro em lingüística, já que a língua é organismo que deve desenvolver-se em completo estado de liberdade; e o racional, que é aquele em que (CUNHA; CINTRA, 2004, p. 6) “o melhor é o que pode ser apreendido mais exata e rapidamente pela audiência presente e pode ser produzido mais facilmente por aquele que fala”, ou seja, aquele que reúne simplicidade com inteligibilidade. Este último é considerado pelo autor o melhor critério.

Em crítica a Noreen, Jespersen (apud CUNHA; CINTRA, 2004, p. 6) diz que “falar correto significa o falar que a comunidade espera, e erro em linguagem equivale a desvios desta norma, sem relação alguma com o valor interno das palavras ou das formas”. Para ele, a correção estaria ligada a algo que seria comum para o que fala e para o que ouve, ou seja, a norma lingüística que ambos aceitam e esperam. Para ele, contudo, existe um referencial lingüístico ideal, que serve de parâmetro para a valorização da linguagem. Esse autor define, então, sete critérios para a correção da linguagem: o critério da autoridade, o

critério geográfico, o critério literário, o critério aristocrático, o critério democrático, o critério lógico e o critério estético.

Cunha e Cintra (2004) definem um parâmetro intermediário para a noção do correto, que se considera neste trabalho. Trata-se de uma visão mais liberal do ponto de vista de aplicação dos preceitos gramaticais, especialmente nos sete países que totalizam mais de 150 milhões de indivíduos que interagem por meio da Língua Portuguesa. Assim se manifesta Cunha:

A norma pode variar no seio de uma mesma comunidade lingüística, seja de um ponto de vista diatópico (português de Portugal/ português do Brasil/ português de Angola), seja de um ponto de vista diastrático (linguagem culta/ linguagem média/ linguagem popular), seja, finalmente, de um ponto de vista diafásico (linguagem poética/ linguagem da prosa) (CUNHA e CINTRA, 2004, p. 8).

Neste ponto, e para finalizar, volta-se à conferência em que Bechara (2000) discorre sobre “A Norma Culta em Face da Democratização do Ensino”. Antes de falar especificamente sobre o tema, o gramaticista conclui as suas elucubrações sobre a definição de correção idiomática, em nítida cumplicidade com as conclusões de Cunha. Assim conclui Bechara o exórdio de sua palestra:

Nenhum modo de falar é correto em si mesmo. É correto porque existe, historicamente. Da mesma maneira, nenhum modo de falar é por si mesmo exemplar. É exemplar porque foi eleito, ou por tácita adoção dos falantes, ou pela ação de gramáticos ou academias empenhados na política do idioma e na homogeneidade idiomática. Elege-se a exemplaridade ou o modo exemplar, em nossas comunidades, como o modo de falar das pessoas cultas, por representar o nível mais alto da língua comum. Como a língua comum apresenta ou pode apresentar variedades, a língua exemplar pode desenvolver normas regionais, especialmente nas línguas faladas em vários países. Assim, temos uma norma exemplar para Portugal e outra para o Brasil; entre brasileiros, podemos contar, por exemplo, com uma norma do Rio de Janeiro e outra de São Paulo. (...)

Pelo exposto, pode-se concluir que os chamados tradicionalmente "critérios de correção", na realidade, são tipos de exemplaridade. E disto advêm, duas conclusões importantes: tais critérios não são nem critérios, nem de correção. Não são critérios, porque, em se tratando de exemplaridade, não são o fundamento da eleição de um modo entre as várias possibilidades. Nem tampouco são de correção, porque, ainda se tratando de exemplaridade, não têm por objeto estabelecer se um modo está correto em qualquer falar de uma comunidade.

Outro engano de conseqüências graves é reconhecer a língua exemplar como a única correta e, portanto, em qualquer circunstância, só segundo seu modelo se deve falar uma língua. Cada comunidade lingüística, como vimos, tem uma unidade mais ou menos idealmente homogênea, de modo que encerra mais de uma tradição. A pauta

do correto, a tradição lingüística, se concretiza no uso, razão por que tem sido o uso um critério muito evocado, da Antigüidade aos nossos dias. Só que o uso, entendido como o comprovado no falar, se estende além do idiomático, e se manifesta ainda no saber elocucional e no saber expressivo; por outro lado, o uso, entendido como comprovação de certo modo de falar, não é o fundamento da correção, mas sua justificação ulterior (BECHARA, 2000).

Ainda que já existam incontáveis estudos da sócio lingüística a respeito do que seria a norma culta do português do Brasil, isso não é considerado por quem dita as normas do “como se deve dizer o que se diz”. Já existem, inclusive, gramáticas que contemplam os usos pelos brasileiros e que distinguem o uso oral do escrito por meio de textos que não são literários.

Garcez (2001) resume muito bem o resultado desses estudos lingüísticos. Segundo essa estudiosa da linguagem, o padrão de uma língua é determinado pelo poder político, econômico e social daqueles que o definem e o codificam nas gramáticas escolares e o consagram na escrita formal. A língua padrão, é, desse modo, o consenso do que está nos documentos oficiais, nas leis, nos livros de qualidade, nos jornais e revistas tradicionais de grande circulação e não nos livros de literatura, como querem as gramáticas normativas:

No início do século, a norma estava nos textos literários de autores como Machado de Assis, Rui Barbosa e Euclides da Cunha. Eles são os exemplos mais citados em nossas gramáticas descritivas e normativas. Entretanto, os grandes escritores modernistas trouxeram para a literatura a fala do povo e novas criações de efeito estilístico (Guimarães Rosa, por exemplo) que constituem desvios, transgressões às formas aceitas até então na escrita culta formal. O modernismo constituiu uma forma de revolução na linguagem literária, libertando-a para novas experiências. Portanto, não se deve mais generalizar, como se fazia a respeito dos textos do fim do século dezenove, dizendo que a norma culta está na literatura. Atualmente, a norma culta deve distinguir os usos literários dos não-literários, ou seja, dos textos informativos (GARCEZ, 2001, p. 77).

Sobre os usos na língua escrita e falada e em textos formais, a autora afirma, com base em estudos lingüísticos:

Há recursos da fala e da escrita informal que funcionam muito bem em determinados contextos, mas que são inadequados em documentos oficiais ou em textos formais. Muitas vezes, entretanto, encontramos algumas dessas formas impróprias, vestígios de coloquialismo, em textos que não as admitem. Constituem recursos inadequados para o texto formal escrito. Devem ser considerados os primeiros elementos a eliminar ou substituir quando se deseja transformar um

discurso oral informal, espontâneo, em um texto escrito formal.

O texto formal utiliza o que chamamos de norma, língua culta ou padrão. É muito difícil definir o que seja o padrão culto de uma língua, pois estamos lidando com um fenômeno vivo, sempre em evolução, sujeito a uma infinidade de influências e transformações. Assim, não há por que se portar perante a língua de modo submisso a um poder autoritário. O que define a norma ou padrão culto é o uso, consensualmente aceito e consagrado como correto pelos falantes que têm alto grau de escolaridade. Isso diz respeito tanto à fala quanto à escrita (GARCEZ, *ibid.*, p. 76-77).

Normalmente, consideram-se os textos parlamentares como textos formais e que, portanto, sua forma deve ser a da língua culta. No entanto, até que ponto esses textos, pronunciados das tribunas das duas casas do Congresso Nacional podem ser assim considerados? Como representantes do povo brasileiro, é fato que cerca de dois terços dos Deputados, por exemplo, não têm sequer o Ensino Básico completo. Muitos deputados não chegaram a terminar o ensino fundamental. Desse modo, transformar um texto pronunciado por um deputado – consagrado pelo voto como representante do povo – em um exímio exemplar da norma culta da língua enquanto esse deputado não é representante da parcela culta do povo pode ser um despalcério. De qualquer modo, se essa é a norma da Casa, até que ela mude, talvez esse ainda seja o caminho, mas sem eliminar possíveis regionalismos – que podem, inclusive, vir entre aspas – ou características discursivas e semânticas intrínsecas da formação discursiva e ideológica do deputado.

Garcez (*ibid.*) considera o fato de que a “norma padrão assegura a unidade lingüística do país, uma vez que essa norma se sobrepõe às variedades regionais e individuais, sem eliminá-las. É exigida em determinadas circunstâncias, mas os dialetos regionais e as particularidades estilísticas pessoais têm seu espaço na vida social.” (GARCEZ, *ibid.*, p. 77-78). São essas particularidades estilísticas e certos usos regionais e sociais da língua que devem ser respeitados pelos taquígrafos e revisores de modo geral.

Por outro lado, desde o início de sua educação, tanto pela família quanto pela escola ou até mesmo na vida profissional, busca-se o condicionamento do brasileiro, para que

ele obedeça às normas e regras da gramática normativa, muitas vezes considerando-a como sendo a própria língua, mesmo em total divergência com o padrão nacional falado. A maioria dos brasileiros não fala nem escreve conforme o que é marcado como o padrão culto da língua, mas pensa que esse seria o modo correto de se falar e escrever, condicionados que estão. Os parlamentares não ficam de fora dessa regra, muitos deles não são capazes de formular adequadamente um texto – do ponto de vista da gramática normativa – em relação à concordância verbal ou nominal, ou seja, os textos parlamentares nem sempre obedecem à norma culta. Ao contrário, eles contêm desvios do ponto de vista da norma culta da língua, embora os parlamentares representem um segmento importantíssimo da sociedade. Mas que podem ser compreendidos por aqueles que são do mesmo grupo social.

No entanto, o revisor não pode – de acordo com as normas da casa e com a própria Constituição Federal – deixar de obedecer à norma-padrão e com isso não leva em consideração as variedades lingüísticas. Uma vez que a gramática normativa não faz distinção clara entre o uso oral, aceito por falantes, e a situação escrita. Muitas delas – a maior parte – intitulam suas regras como “formas de bem dizer”, ou seja, falar bem seria falar daquele modo padronizado.

Na ótica da Análise do Discurso, afirma Orlandi (1996, p. 37) a leitura é uma interação verbal produzida e o analista deve procurar determinar o processo e as condições de sua produção, na qual se desencadeia o processo de significação, em que o leitor atribui sentido ao texto. Quando isso não acontece, perde o discurso a sua característica principal, a coerência, porque não se utilizou adequadamente o sentido literal das palavras, nem o que pretendia dizer o autor. É por isso que o leitor-taquígrafo e o leitor-revisor devem ter cuidado para não se tornarem os podadores do texto, que eliminam as marcas de autoria, fazendo com que o leitor final – o povo – seja incapaz de resgatar a coerência do texto e seu autor.

## **1.5 A revisão**

Segundo Garcez (2001), a revisão de textos envolve a detecção do problema, a identificação e a correção propriamente dita, exigindo tempo, atenção, conhecimento e estratégias eficientes de resolução dos problemas. Por essa razão, o revisor precisa refletir sobre a revisão do próprio texto e a revisão do texto do outro, adequando-se à linguagem do autor do texto – o revisor deve adequar-se à linguagem do texto, para, depois, adequá-la à norma culta –, com clareza quanto às idéias ali veiculadas, aos aspectos situacionais e discursivos. Somente depois disso o revisor deve ater-se à revisão propriamente dita.

Para que melhor se compreenda isso, trata-se, a seguir, do processo de revisão de textos parlamentares e do trabalho do revisor.

### **1.5.1 O processo de revisão do texto parlamentar.**

Nas duas casas do Congresso nacional, a atividade da escrita rápida é realizada por funcionários habilitados e qualificados, denominados de taquígrafos. Há diferentes métodos e técnicas na área de taquigrafia. Há casos, utilizando-se o mesmo método, que dificilmente um taquígrafo consegue ler ou decifrar os sinais de outro taquígrafo, por isso trata-se, esta, de uma atividade altamente individual e personalizada.

As atividades desenvolvidas pelos taquígrafos na Câmara dos Deputados é fundamentalmente o registro de discursos dos parlamentares proferidos nas sessões ordinárias, extraordinárias e solenes. Nas reuniões das Comissões Permanentes, Comissões Temporárias, Comissão Geral e Comissão Parlamentar de Inquérito, além dos discursos de parlamentares, é

feito o apanhamento de todos os participantes da reunião. Uma característica marcante nas Comissões Parlamentares de Inquérito ou Sindicância é a transcrição das reuniões *ipsis verbis*, inclusive sem qualquer tipo de alteração ou até mesmo correções gramaticais, dependendo evidentemente da “gravidade” do “erro”.

O Departamento de Taquigrafia da Câmara dos Deputados está estruturado em três etapas: taquigrafia, revisão e supervisão. O trabalho de cada setor depende um do outro, mas a realização dos trabalhos é autônoma e independente. Os taquígrafos e revisores são divididos e organizados em relação ao tempo, enquanto a tarefa do supervisor é dividida pela quantidade, geralmente compreende todo o discurso (texto) na sua integridade.

Os registros dos pronunciamentos feitos pela Taquigrafia na Câmara dos Deputados são divididos em dois grupos. O primeiro é o apanhamento direto – vamos chamar assim –, realizado *in loco* no plenário. O segundo é o trabalho executado após a realização da reunião (comissão) ou até mesmo simultaneamente, mas que não precisa da presença do taquígrafo para o seu apanhamento.

Em relação ao trabalho realizado no plenário, há duas tabelas: taquígrafos e revisores. Os taquígrafos permanecem dois ou três minutos, dependendo do tipo de sessão, enquanto os revisores, dez ou doze minutos. Para facilitar o entendimento, será usada, aqui, apenas a tabela de dois minutos. Ela torna difícil, algumas vezes, a compreensão do desenvolvimento do raciocínio do orador, por tratar de pequenos trechos do discurso. Cada revisor é responsável pelo apanhamento de cinco taquígrafos. No caso, a sua permanência em plenário é de dez minutos, o que, de certa maneira, facilita a compreensão e a clareza do texto.

Na prática, ocorre o seguinte: um taquígrafo B dirige-se ao plenário para fazer o seu registro das 14h08min à 14h10min, nesse intervalo falaram dois oradores, o termino da fala de Fulano de Tal e o início do discurso de Sicrano de Tal. Ao retornar para a sala de

trabalho, o taquígrafo B, se não confirmou em plenário, pegará ou confirmará as deixas (é o ponto ou a palavra em que ocorrerá o “casamento” do texto, ou seja, a palavra-chave para que o outro possa começar a digitar o texto) com o seu antecessor e sucessor. Após a digitação, o texto é automaticamente disponibilizado para a revisão.

Este mesmo procedimento será desenvolvido pelo revisor. A diferença é em relação ao tempo, no caso, de dez minutos, e também não haverá mais a necessidade de digitação de todo o texto, que já foi feita pelo taquígrafo, ele apenas fará as correções e as alterações necessárias e a montagem do texto.

Logo em seguida, o texto – ou os textos – são disponibilizados para supervisão. Em caso de dúvidas, esses profissionais recorrem à gravação ou ao texto do taquígrafo, mas esse não é um procedimento comum. A supervisão é feita apenas dos textos disponibilizados pela revisão.

No caso dos trabalhos realizados nas comissões parlamentares, o procedimento é um pouco diferente. São disponibilizados tempos gravados de cinco minutos, em que o taquígrafo faz toda a degravação com ajuda de roteiros (feitos pelo operador de som ou por outros taquígrafos). Após a digitação, esses trechos são disponibilizados para a Seção de Comissões, que faz sua redistribuição para os revisores. Logo em seguida, há a disponibilização dos textos para a Supervisão.

### **1.5.2 O trabalho do revisor**

Qual é a importância dos estudos bakhtinianos (BAKHTIN, 2000) sobre o gênero textual para a atividade de revisão textual? E quanto ao dialogismo da linguagem: o fato de

que em um discurso há vozes de outros discursos, vozes que definem a própria produção do texto? O conhecimento de tais conceitos é de importância basilar para o revisor. Contudo, toma-se, aqui, a noção de gênero como pontapé inicial ao intento de se estabelecer um procedimento racional e seguro de revisão. É a partir da definição do gênero textual que se vão desenhar as fronteiras, os limites à pena revisor.

À luz da visão bakhtiniana de gênero do discurso, pode-se dizer que o primeiro passo do revisor de texto é estabelecer os gêneros primários do discurso, ou seja, estabelecer de que forma se está dando a interação ordinária dos parlamentares, se na modalidade oral ou na escrita. A partir dessa diferenciação, que vai nortear toda a ação interventiva no texto, passa-se à análise das formas discursivas mais complexas. Neste ponto, mister se faz definir a que esfera da atividade humana está associado o processo de interação pela linguagem sob o crivo da revisão, a finalidade do texto, ou seja, se se trata de texto literário, jornalístico, jurídico, comercial, científico, oficial, de *e-mail*, de *chat*, de *blog* etc.

Os gêneros do discurso são, para Bakhtin (2000, p. 279), tipos relativamente estáveis de enunciados. Um exemplo bastante ilustrativo da necessidade dessa análise primordial — ou seja, de se saber a qual gênero pertence o texto a ser revisado — pode ser verificado, por exemplo, na criação literária. Nas letras de canções populares, por exemplo, a composição prende-se muito mais à adequação rítmica e fonética do que a regras de cunho gramático-normativas. Tal adequação provoca dados efeitos de sentido no texto e, no processo de interação, é, na maioria das vezes, eficaz, ainda que sejam transgredidos os ditames da gramática normativa. Isso não raramente ocorre por ação deliberada do autor.

Desse modo, imaginar que todos os gêneros discursivos devem adequar-se a normas gramaticais rígidas implica engessamento da comunicação. Uma grave consequência seria a uniformização e o nivelamento aleatórios dos textos e um lesivo prejuízo ao precioso e

rico processo criativo.

Abrem-se, neste ponto, parênteses necessários. Notável é também a percepção de que as formas discursivas estão intrinsecamente definidas pela semiótica. Os processos de mediação das expressões culturais definem não só a concepção como também a forma de disseminação da comunicação. É papel do revisor, também, saber como é feita a distribuição do texto, o suporte que o torna acessível ao receptor da mensagem. A análise dos meios de transmissão fazem parte da hermenêutica de profundidade, desenvolvida por Thompson (1995).

Em contraste com textos de cunho fundamentalmente artístico-literários, a pena do revisor pode tornar-se muito mais pesada, pelo menos no que diz respeito à aplicação das regras da gramática normativa, em textos cujo gênero encontra-se inserido em contexto de linguagem culta, rebuscada, erudita.

Tomemos como exemplo um excerto de “Oração aos Moços”, discurso preparado por Rui Barbosa, em 1920, para os formandos da Faculdade de Direito de São Paulo, dos quais foi paraninfo. Nele, o jornalista, jurista, político, diplomata, ensaísta e orador, e ainda membro fundador da Academia Brasileira de Letras, discorre sobre o papel do magistrado e a missão do advogado. A erudição do Águia de Haia poderia supor despreciando o trabalho do revisor em seus textos. Ao contrário, conforme se demonstrará, a revisão textual, mesmo que efetivada posteriormente pelo próprio autor, é de fulcral importância para a consecução da interação verbal que se pretende idealmente perfeita ou, pelo menos, adequada. Não é demais lembrar que nunca se lê o texto com os mesmos olhos, e o texto nunca é o mesmo a cada leitura, considerando-se o conceito de dialogia cunhado por Bakhtin (2000). Eis, então, o trecho mencionado:

O trabalho, pois, vos há de bater à porta dia e noite; e nunca vos negueis às suas

visitas, se quereis honrar vossa vocação, e estais dispostos a cavar nos veios de vossa natureza, até dardes com os tesoiros<sup>43</sup>, que aí vos haja reservado, com ânimo benigno, a dadivosa Providência. Ouvistes o aldrabar da mão oculta, que vos chama ao estudo? Abri, abri, sem sentença. Nem, por vir muito cedo, lho leveis a mal, lho tendais à conta de importuna. Quanto mais matutinas essas interrupções do vosso dormir, mais lhas deveis agradecer.

O amanhecer do trabalho há de antecipar-se ao amanhecer do dia. Não vos fieis muito de quem esperta já sol nascente, ou sol nado. Curtos se fizeram os dias, para que nós os dobrássemos, madrugando. Experimentai, e vereis quanto vai do deitar tarde ao acordar cedo. Sobre a noite o cérebro pende ao sono. Antemanhã, tende a despertar.

Não invertais a economia do nosso organismo: não troqueis a noite pelo dia, dedicando este à cama, e aquela às distrações. O que se desperdiça para o trabalho com as noitadas inúteis, não se lhe recobra com as manhãs de extemporâneo dormir, ou as tardes de cansado labutar. A ciência, zelosa do escasso tempo que nos deixa a vida, não dá lugar aos tresnoites libertinos. Nem a cabeça já exausta, ou estafada nos prazeres, tem onde caiba o inquirir, o revolver, o meditar do estudo (BARBOSA, 1997, p. 28).

Sobre este trecho, comenta Kury (apud BARBOSA, 1997, p.29), em trabalho de releitura que realizou para a Fundação Casa de Rui Barbosa:

44 lho tendais à conta de importuna. – Assim está no manuscrito, pág. 50. O sentido e a regência exigiriam, porém, a em vez de lho: “Nem, por vir muito cedo [o aldrabar da mão oculta], lhe leveis isso a mal, nem a [a mão oculta] tendais à conta de importuna.” – A discrepância se deve a uma emenda de Rui, substituindo, após o segundo lho, um verbo, que riscou, por outro.

O uso de “lhe” por “a”, considerado um deslize de Rui Barbosa, passou despercebido quando da feitura do texto, que possivelmente foi escrito e reescrito diversas vezes, conforme comprovam os seus alfarrábios. Isso mostra que, mesmo em textos de um autor tão distinto como Rui Barbosa, há marcas lingüísticas da origem do autor e de sua identidade. Ele era baiano e, na Bahia, o uso mais recorrente é do pronome oblíquo “lhe” e não do “o” ou do feminino “a”, por exemplo.

A tarefa do revisor textual, contudo, não se adstringe à identificação de problemas gramaticais, do gênero textual ou de destrinçamento da função identitária presente no discurso. É necessário imiscuir-se na intencionalidade do orador e/ou escritor, a fim de revelar-lhe o pano de fundo ideológico e identificar no texto os modos de operação da ideologia. Para tanto, seria oportuno agregar e adequar ao método de revisão de texto as lições de Thompson (THOMPSON, 1995) e de sua hermenêutica de profundidade.

Ao estabelecer um método para a interpretação da ideologia, Thompson nos dá o caminho para que se estabeleça um parâmetro de interpretação textual absolutamente necessário ao trabalho do revisor, que descortine as conexões entre o sentido mobilizado pelas formas simbólicas e as relações de poder. As formas de investigação hermenêutica são objeto de análise do referido método.

Na sinopse do que propugna aquele doutrinador, em método que se presta sobejamente à análise ideológica do discurso que se pretende revisto, a primeira etapa corresponde à hermenêutica da vida cotidiana (Interpretação da Doxa). Enquanto, a segunda etapa, mais abrangente, temos o Referencial Metodológico da Hermenêutica de Profundidade, dividido em 3 instâncias: Análise sócio-histórica – situações espaço-temporais, campos de interação, instituições sociais, estrutura social, meios técnicos de transmissão; Análise Formal ou Discursiva – análise semiótica, análise da conversação, análise sintática, análise narrativa, análise argumentativa; e a Interpretação-Reinterpretação

A última instância da segunda etapa, que trata da interpretação e da reinterpretação, é justamente a mais importante para a revisão textual. Ela implica a releitura do texto, depois de consideradas todas as circunstâncias que envolveram o seu fazimento e a sua distribuição. No procedimento de interpretação/reinterpretação, todos os elementos colhidos nas análises levadas a cabo em ambas as fases anteriores são sintetizados e servem de esteio ao processo de elaboração argumentativa, em que se procede à (re)construção ativa do sentido e se busca explicitar os modos como se dá a inter-relação entre o sentido das formas simbólicas e as relações de dominação.

Desse modo, a revista perfunctória de um texto parlamentar pode deslustrar todo o trabalho do redator e pôr a perder tudo o que de seminal e produtivo poderia dali provir. Por outro lado, o revisor, cômico desse inter-relacionamento entre símbolo e poder, toma posse de

todos os instrumentos que o capacitarão à adequada revisão textual.

### **1.5.3 A fidelidade ao texto original**

A fidelidade é um dos principais problemas enfrentado pelos taquígrafos, por isso o objetivo da releitura era tentar manter a máxima fidelidade semântica discursiva nos discursos proferidos pelos parlamentares. Nesse sentido, com o objetivo de demonstrar que é possível fazer uma revisão sem profundas modificações no texto, foram selecionados pequenos trechos com sugestões para correção, as quais tem como objetivo principal possibilitar a continuidade e clareza do discurso, sem impor um estilo próprio em detrimento das características do discurso do orador.

Esta preocupação com a fidelidade também é demonstrada pelo Departamento de Taquigrafia, conforme Circular nº 12/2004 - Fidelidade à fala do orador, *verbis*:

Hoje, o que se espera do taquígrafo, do revisor e do supervisor, o que mede acima de tudo a qualidade do seu trabalho, a sua competência, é a habilidade em montar as frases e o texto limitando-se tão-somente às palavras proferidas pelo orador, evitando-se erros gramaticais. Raramente, só em último caso, devemos acrescentar ou retirar palavras a um discurso. Devemos, antes de mais nada, manter o estilo de cada orador, a forma individual, popular ou regional, de manifestar-se, e não colocar todos os parlamentares na vala comum dos grandes e notáveis tribunos, agraciados com o dom da oratória (CIRCULAR Nº 12/2004, DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA).

Nesse sentido, é atividade desenvolvida pela releitura, por taquígrafos, que faz a primeira conferência, antes de o texto ser enviado à revisão, no intuito de verificar se o taquígrafo fez alterações ou modificações significativas. Por tudo isso, percebe-se, muitas vezes, que quando um revisor ou taquígrafo modifica, retira ou acrescenta palavras a um texto, é a preocupação com sua própria ideologia que fala mais alto e não a preocupação com a fidelidade ao texto parlamentar, carregado de suas próprias características discursivas.

No próximo capítulo, faz-se a apresentação e a análise dos textos *corpus* deste trabalho e pretende-se que todo o processo do qual trata este estudo, esteja mais claro. Busca-se, com a análise dos dados, responder as questões de pesquisa e atingir os objetivos propostos na introdução.

## **2 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DO *CORPUS***

Neste capítulo apresenta-se e analisa-se o *corpus*. Para isso, foi dividido nas seguintes seções: 2.1 O *corpus*, que corresponde ao registro efetuado pelos taquígrafos de pronunciamento de parlamentares e toda a atividade subsequente a esse apanhamento, ou seja, a fase de revisão e da redação final, a cargo da supervisão; 2.2 A revisão e os limites do revisor, em que se faz a análise propriamente dita dos registros do taquígrafo comparados aos do revisor e do supervisor.

### **2.1 O *corpus***

O *corpus* deste trabalho é constituído por dois tipos de excertos de registros de trechos de discursos parlamentares e pelas modificações feitas nos textos pelos taquígrafos, revisores e supervisores. Esses textos foram acompanhados pela Coordenação de Taquigrafia da Câmara dos Deputados, em um “Projeto de Acompanhamento” desenvolvido nos anos de 2001 e 2002.

O primeiro grupo é composto de quatro pequenos trechos que foram relidos por outros taquígrafos, na denominada Fase de Releitura, do citado projeto. Os taquígrafos que fizeram o acompanhamento releram os trechos com a preocupação de manter a fidelidade semântica e discursiva entre o que os deputados efetivamente disseram e o que foi registrado pelos taquígrafos, permitindo apenas mínimas alterações.

O segundo grupo é formado por dois trechos de maior extensão e complexidade e correspondem respectivamente às atividades desenvolvidas pelos taquígrafos, pelos revisores

e pelo supervisor de cada grupo. Desse modo, eles representam, de certa forma, uma pequena parcela do trabalho desenvolvido por esses especialistas, mas suficiente para mostrar que nem sempre a fidelidade semântica e discursiva é mantida nas revisões.

## 2.2 A revisão e os limites do revisor

Nesta seção a análise se divide em dois grupos, considerando o *corpus* do trabalho e a parte do processo de revisão dos textos parlamentares, que vai da coleta dos dados em plenário pelos taquígrafos e vai até a supervisão dos textos já revisados. Com esta análise, pretende-se mostrar que as escolhas dos agentes da revisão – sejam eles taquígrafos, revisores ou supervisores – na Câmara dos Deputados nem sempre abrange os aspectos semânticos e discursivos do texto parlamentar, considerando a formação discursiva e ideológica dos deputados e sua relação com seus interlocutores.

### 2.2.1 As intervenções do taquígrafo

Todos os textos do Anexo I têm a versão do taquígrafo, coletada por ele durante um pequeno período em que esteve em plenário, e a correção apontada pela releitura.

Vejamos:

Texto 1

Versão do taquígrafo:

Fica **aqui** o meu apelo no sentido de discutirmos as questões com mais tranqüilidade, buscando **as** saídas para **a construção das** mudanças que o Lula, certamente, trará para o Brasil.

Correções apontadas:

**Fica, portanto,** o meu apelo no sentido de discutirmos as questões com mais tranquilidade, buscando saídas **para a(s) mudanças** que o Lula, certamente, trará para o Brasil.

A correção apontada e efetuada pelo taquígrafo foi o uso do articulador de conclusão – portanto – em detrimento da forma coloquial usada pelo orador – aqui –, evitando, desse modo, a cacofonia: caqui. De qualquer forma, se a intenção real do taquígrafo fosse conferir mais formalidade ao texto, ele poderia ter substituído o advérbio de lugar “aqui” por outro advérbio de lugar, como “neste parlamento”, “neste plenário”. Outra mudança necessária, se a intenção é tornar o texto mais formal, seria trocar o substantivo “saídas” – mais usado na oralidade –, por outro como “recursos” ou “expedientes”.

Em seguida, o taquígrafo eliminou o artigo definido feminino plural “as” antes do vocábulo “saídas”, o que o deixa sem restrição. Observe-se que, com o artigo, o número de “saídas” seria mais restrito e, discursivamente, o locutor mostra conhecer o fato de que elas existem: “há saídas e elas precisam ser buscadas/encontradas”. Sem o artigo, no entanto, o fato de haver ou não saídas é desconhecido pelo locutor e elas não são delimitadas ou vislumbradas por ele. Nesse caso, portanto, talvez fosse mais pertinente deixar o artigo.

Outra mudança feita foi a retirada da palavra “construção”, a fim de dar maior clareza e objetividade ao texto, mas essa modificação muda o sentido do texto. O pronunciamento do deputado parece caminhar em sentido favorável às possíveis mudanças que Lula traria, visto que ele fala afirmativamente da “construção” dessas mudanças: “buscando as saídas para a construção das mudanças que o Lula, certamente, trará para o Brasil”. Ora, não se sugere “construção” de coisas das quais se é contra.

Compreendendo desse modo, poderíamos reescrever o trecho acima da seguinte maneira: “buscando os recursos para a implementação das mudanças que, certamente, Lula [desejará fazer, enquanto presidente]”. Com isso, entende-se que a intenção do deputado,

numa análise de todo o trecho, seria apoiar as mudanças que, futuramente, seriam propostas por Lula e que há recursos/saídas para isso que os deputados devem encontrar juntos, conversando tranqüilamente. Percebe-se, se assim se compreende o trecho, que a retirada do vocábulo construção é inadequada.

Por outro lado, é possível entender que há inadequação vocabular em “construção de mudanças”, pois se pode entender que mudanças não se constróem, uma vez que a palavra “mudança” pode significar modificação, transformação e o vocábulo “construção” pode significar criação, edificação, efetuação e até preparação. Esse parece ter sido o caminho seguido pelo taquígrafo, pois pode parecer estranho para alguns dizer algo como: “criação de modificações”. Entretanto, o pronunciamento não foi feito com essas palavras e o texto deve ser interpretado em sua totalidade.

No caso dos textos parlamentares – mas não só destes –, o revisor deve ter a preocupação de conhecer quem o pronunciou e quando, qual foi o contexto político e social do dito, dadas as patentes e complexas relações políticas que se fazem nesse âmbito. É conhecendo o locutor, sua formação discursiva e ideológica, que se podem fazer as intervenções necessárias em um texto, preservando suas relações textuais, semânticas e discursivas.

No caso acima, retirando-se a palavra “construção”, o texto fica ambíguo. Não se pode definir com muita clareza, por exemplo, se o deputado deseja “encontrar saídas”, prevenindo-se contra as – “para as” – mudanças que Lula trará ou “encontrar saídas” em prol dessas mudanças, pois o trecho “encontrar saídas para as mudanças” pode ser entendido pelo menos desses dois modos. O mesmo trecho, acrescido da palavra “construção” ou de um seu sinônimo, eliminaria a ambigüidade: “encontrar saídas para a construção/implementação/efetuação/efetivação das mudanças”.

Vejamos o texto 2:

**Texto 2**

Versão do taquígrafo:

**O SR. PRESIDENTE** (Marçal Filho) – Deputado Mauro Benevides, tenho certeza de que a preocupação de V.Exa. é **a mesma** do Presidente da Casa. Vamos reiterar o apelo de V.Exa. ao Presidente Aécio Neves.

Correções apontadas:

**O SR. PRESIDENTE** (Marçal Filho) – Deputado Mauro Benevides, tenho certeza de que a preocupação de V.Exa. é **igual à** do Presidente da Casa. Vamos reiterar o apelo de V.Exa. ao Presidente Aécio Neves.

Nesse caso, vimos que o taquígrafo trocou “a mesma” por “igual a”. É possível que ele tenha entendido que o adjetivo “mesmo” seja inadequado neste contexto, pois muitos entendem que “mesmo” pode ser empregado apenas em dois casos: quando dá a idéia de identidade (relativo a pessoa ou a objeto), por exemplo, em “A moça é a mesma” ou “Ele mora na mesma casa”; ou como sinônimo de próprio, por exemplo, em “veste-se a si mesmo”. Nesse caso, pode parecer que nenhum desses dois é o caso do texto acima, e que o orador quis dizer que a preocupação do Deputado Mauro Benevides é “idêntica” à preocupação do Presidente da Casa. Nesse caso, teria ocorrido um erro no emprego das classes de palavras, que, portanto, deveria ser corrigido.

Não obstante, outra interpretação é possível nesse caso. Tomemos, por exemplo, uma situação hipotética em que duas pessoas têm um problema em comum: um trabalho que está atrasado, uma casa que está caindo, uma doença na família. Nesse caso, pode-se dizer que ambos têm “uma” preocupação comum. Essa preocupação não é apenas “igual”, mas é “a mesma” na medida em que o objeto da preocupação é “o mesmo” (e não apenas idêntico). De qualquer modo, segundo o dicionário Aurélio Eletrônico, o adjetivo “mesmo” tem, pelo menos, as seguintes acepções:

Exatamente igual; idêntico; Parecido, semelhante, análogo; Próprio, verdadeiro; Este, esse, aquele; citado, mencionado; Que figura em pessoa; que se apresenta em caráter pessoal; Não diverso; não outro; tal qual; Que não mostra alteração no caráter ou na aparência; que não mudou; invariável (AURÉLIO, 2004, verbete ‘mesmo’)

Daí entende-se que, ainda que o vocábulo mesmo tenha sido usado no sentido de “igual/idêntico”, o uso deste vocábulo pelo deputado foi adequado ao contexto do dito e que, portanto, a mudança feita pelo taquígrafo foi, se não inadequada, pelo menos desnecessária.

Abaixo temos mais um trecho revisado pela taquigrafia:

Texto 3

Versão do taquígrafo:

É a possibilidade que temos de não apenas resistir dentro do Congresso Nacional, mas **também passarmos** à construção mais saudável de políticas estruturantes, de uma política econômica com outra lógica e poderemos **fazer** o vínculo claro entre a economia **e a prioridade: a cidadania brasileira.**

Correções apontadas:

É a possibilidade que temos de não apenas resistir dentro do Congresso Nacional, mas também **de** passarmos à construção mais saudável de políticas estruturantes, de uma política econômica com outra lógica e poderemos **definir** o vínculo claro entre a economia e a cidadania brasileira, **que é a nossa** prioridade.

A primeira correção apontada é feita para manter o paralelismo em relação ao substantivo “possibilidade”, no início do texto, que exige a preposição “de” na construção “ter possibilidade”. Nesse caso, no trecho “É a possibilidade que temos de”, que se poderia traduzir “É que temos a possibilidade de”, “ter possibilidade” se liga pela preposição “de” a três verbos. Vejamos: “temos a possibilidade” de (1) resistir, (2) passarmos, e (3) podermos. Nesse caso, se o taquígrafo bem entendeu ser necessário acrescentar a preposição antes do verbo “passar”, por que não o fez também antes de “poder”? Outro fato é que, se é tão importante manter a correção gramatical do texto parlamentar, o taquígrafo poderia ter corrigido a flexão número-pessoal inadequada nos dois últimos verbos, donde teríamos: “temos a possibilidade” (1) de resistir, (2) de passar, e (3) de poder.

Outra alteração que merece destaque é a troca do verbo “fazer” em ‘fazer o vínculo’ – uso claramente inadequado e comum entre os parlamentares –, por “definir”. Fazendo uma rápida análise do caso, temos que o problema foi detectado, mas é possível que o verbo usado pelo taquígrafo seja, do mesmo modo, inadequado. Nesse caso, talvez o mais apropriado para o contexto fosse algo como o verbo “estabelecer”. O contexto e uso de verbo

é “[\_\_\_\_\_] o vínculo claro entre a economia e a cidadania...”. Ora, se o vínculo é “claro”, ele não precisa ser definido, mas pode ser “estabelecido” ou “fixado”, por exemplo.

Houve também o acréscimo do conectivo de explicação “que é”, o acréscimo do pronome possessivo “nossa” e a mudança de ordem compreensível e adequada em “vínculo claro entre a economia e a prioridade: a cidadania brasileira”. Ficou assim: “vínculo claro entre a economia e a cidadania brasileira: a nossa prioridade”. Na fala, muitas vezes, trocamos a ordem do que dizemos e o texto pode ser compreendido, ainda que após um questionamento do interlocutor e uma explicação do interlocutor, já que há essa possibilidade. Já a escrita exige uma maior elaboração, que explica a mudança acima, feita pelo taquígrafo a fim de possibilitar maior clareza ao texto, mantendo as marcas pessoais e a intenção do orador.

Uma outra mudança, do mesmo gênero, que poderia ter sido feita com justificativa semelhante seria no trecho “É a possibilidade que temos **de** não apenas resistir...”. Poderia ter havido uma mudança da preposição “de” para junto do verbo, donde teríamos “possibilidade que temos não apenas **de resistir...**”, o que também traria mais clareza ao texto, sem mudar seu sentido.

A seguir temos o trecho 4:

Texto 4

Versão do taquígrafo:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, **em primeiro lugar**, quero cumprimentar a V.Exa. e a todos os funcionários da Casa. Retorno depois de um período de intensa campanha eleitoral e aproveito **inclusive** para agradecer aos eleitores do Estado do Rio de Janeiro a possibilidade de continuar, por mais quatro anos, o trabalho na Câmara dos Deputados, que espero **ser** cada vez mais qualificado para responder à expectativa popular.

Correções apontadas:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, **quero** cumprimentar a V.Exa. e a todos os funcionários da Casa. Retorno depois de um período de intensa campanha eleitoral e aproveito **para** agradecer aos eleitores do Estado do Rio de Janeiro a possibilidade de continuar, por mais quatro anos, o trabalho na Câmara dos Deputados, que espero **seja** cada vez mais qualificado para responder à expectativa popular.

A primeira modificação apontada pelo taquígrafo neste texto foi a retirada da expressão “em primeiro lugar”, possivelmente justificada, no texto escrito, pela ausência da expressão “em segundo lugar” – ou outra semelhante – na continuidade no texto, isto é, não parece haver outro(s) elemento(s) de coesão que justifique essa citação de algo “em primeiro lugar”, no texto.

Entretanto, numa análise pragmático-discursiva do texto em questão, pode-se dizer que, ao tomar a palavra para fazer seu pronunciamento, que, possivelmente trataria do assunto em pauta na casa naquele momento, o deputado, “primeiramente” – antes de fazer o mencionado pronunciamento – desejou cumprimentar seus pares e funcionários. Nesse caso, a expressão “em primeiro lugar” faz uma referência situacional a algo que o deputado diria antes de fazer seu pronunciamento. Nesse caso, a inadequação encontrada remete-se ao texto escrito, em que uma expressão como essa implica necessariamente outra que se liga a ela numa relação de coesão, como já dito: em primeiro lugar, em segundo lugar. Outra importante observação é que, se o texto apenas se iniciava, não poderia o taquígrafo prever que, no trecho seguinte, não haveria, por exemplo, algo como: “Em segundo lugar, quero fazer a seguinte observação sobre o assunto em pauta...”.

Esse exemplo serve para mostrar dois fatos: primeiro, que só se deve revisar o texto quando ele está completo; segundo, que nem sempre a coesão é feita com algo que está dentro do texto. Além disso, discursivamente, a expressão “em primeiro lugar” pode servir para marcar enfaticamente o cumprimento feito pelo locutor, para justificar, a seguir, sua ausência prolongada. Nesse caso, se essa expressão for realmente única e sem seqüência coesiva no texto, talvez fosse o caso de substituí-la por algo como: “antes de tratar do assunto em pauta”, “antes de iniciar meu pronunciamento sobre...” etc.

Uma modificação que não foi feita, mas que seria adequada, se a intenção é

aproximar o texto parlamentar da língua culta, seria retificar a regência do verbo cumprimentar. O deputado disse “cumprimentar a V.Exa. e a todos os funcionários”. Embora esse seja um verbo transitivo direto, o deputado usou a preposição “a” antes de “V.Exa” e de “todos”. Nesse caso, o melhor seria omitir a preposição, o que não mudaria o sentido do texto e o aproximaria um pouco mais da norma padrão da língua portuguesa.

A outra modificação feita pelo taquígrafo foi a retirada da palavra – inclusive – denotativa de inclusão. Numa primeira leitura, a retirada dessa palavra se justifica por que não há, necessariamente, qualquer inclusão a ser feita no texto. Seria esse um erro no emprego de classe de palavras. Numa leitura mais cuidadosa, no entanto, pode-se entender que há um elemento a mais que o deputado desejou acrescentar ao seu pronunciamento. Numa rápida análise de todo o trecho taquigrafado e exposto acima, temo que deputado, primeiro, desejou cumprimentar seus pares e os funcionários da casa, devido à sua prolongada ausência. Depois, justificou a sua ausência falando sobre a campanha eleitoral. Como falava em campanha eleitoral e, de certo modo, dando continuidade a ela, resolve “incluir” em seu pronunciamento, um agradecimento a seus eleitores. Ou seja, houve aí, um elemento incluído no texto, como se estivesse entre parênteses, pois é alheio ao que se estava dizendo. É nesse sentido que se pode dizer que há inclusão.

No entanto, em termos de textualidade, o agradecimento feito – e não apenas a palavra inclusive – não se faz adequado à construção da textualidade que se deseja coesa e coerente. É desse modo, porém, que o deputado disse o que disse. Sua maneira de dizer reflete discursivamente sua intenção política e isso dificulta o trabalho do revisor, que teria de fazer toda essa análise discursiva antes de decidir retirar ou modificar um trecho ou palavra do texto original. O que o taquígrafo poderia ter feito, nesse caso, seria deixar o texto tal como foi dito, para que o revisor, com todo o texto nas mãos, pudesse revisá-lo, optando, discursivamente, e não apenas gramatical e estilisticamente por modificá-lo ou por deixá-lo como está. No texto,

como vimos, tramitam ideologias, intenções e discursos que se relacionam a outros discursos e o revisor deve ter o cuidado de manter essas relações, até em nome do interesse dos possíveis leitores dos deputados e de suas escolhas políticas.

Já a mudança do tempo do verbo “ser”, na penúltima linha, do infinitivo para o presente do subjuntivo só poderia ser efetivada se o termo antecedente se referisse ao trabalho desempenhado pelo deputado na Câmara, o que não ocorreu. Isso mostra que, nem sempre, numa análise rápida, tanto o taquígrafo quanto o revisor podem chegar a uma boa alternativa de revisão do texto parlamentar. Como já dito, é necessário que os pronunciamentos sejam considerados em sua íntegra e que a revisão tenha em conta, mais do que a adequação do texto à norma culta, suas implicações discursivas.

### **2.2.2 As intervenções do revisor e do supervisor**

Os textos do Anexo 2 são trechos de maior extensão e complexidade, correspondentes às atividades desenvolvidas pelo taquígrafo, pelo revisor e pelo supervisor. O texto 5 contempla todas as fases de registro da Taquigrafia, ou seja, a fase de apanhamento (taquigrafia), de revisão e de supervisão. Além de apresentar uma sugestão da Coordenação de como deveria ser feita a revisão sem alterar ou fazer profundas modificações no discurso parlamentar. Já o texto 6 contempla apenas as fases de taquigrafia e revisão, até porque a fase da supervisão fica neutralizada, haja vista que o supervisor apenas ratifica o discurso encaminhado pela revisão, bem como a sugestão da Coordenação.

Para facilitar a análise, os trechos analisados são reproduzidos na íntegra no corpo deste trabalho, com suas linhas numeradas. A intenção, aqui, não é fazer uma análise

exaustiva dos textos, mas mostrar que as intervenções dos agentes da revisão dos textos parlamentares nem sempre são as mais adequadas discursivamente. Muitas vezes, o que o parlamentar disse, com que intenção disse, de que modo disse e por que disse do modo como disse não são itens considerados no momento da revisão, em que tem mais ênfase a gramática normativa e o estilo de redação. Abaixo, temos o texto número 5 e as versões de cada agente da revisão parlamentar que participaram do projeto:

#### Versão do taquígrafo

1 Em 1970, o Brasil conquistou o tricampeonato de futebol.  
 2 **Havia uma canção na época**, “noventa milhões em ação, para frente  
 3 Brasil do meu coração...”, que fez com que esse número ficasse bem  
 4 fixado na memória de nossa população.

5  
 6 Em 2002, **estamos com** 180 milhões de **habitantes**. Nasceram,  
 7 aproximadamente, 90 milhões de **habitantes** em apenas 32 anos, a  
 8 população brasileira, então, praticamente duplicou.

9 É evidente que **a sociedade** não tem condições de enfrentar  
 10 esse imenso desafio de manter uma criação de empregos, escolas e  
 11 hospitais. Enfim, **a sociedade brasileira** não tem como atender a  
 12 essa demanda provocada por essa **imensa maioria** da população  
 13 brasileira.

14 V.Exa. acaba de registrar uma das lacunas, um dos problemas  
 15 que angustia a massa da população em nosso País. **E o que é mais**  
 16 **grave?** É que essa população tem crescido na base periférica **da ação**.  
 17 O pobre fica cada vez mais pobre em virtude dessa **dramaticidade**,  
 18 dificuldade de conseguir um emprego, uma educação para seus  
 19 filhos, **a fim de** que possa **corrigir** essas distorções dentro da  
 20 sociedade brasileira.

#### Versão do revisor

1 Em 1970, o Brasil conquistou o tricampeonato de futebol. A  
 2 canção da época, “*noventa milhões em ação, pra frente Brasil, do*  
 3 *meu coração...*”, fez com que esse número ficasse bem fixado na  
 4 memória da população.

5 Em 2002, somos 180 milhões de habitantes. Nasceram,  
 6 aproximadamente, 90 milhões de pessoas em apenas 32 anos, ou seja,  
 7 a população brasileira praticamente duplicou.

8 É evidente que o País não tem condições de enfrentar o imenso  
 9 desafio de gerar empregos e criar escolas e hospitais. Enfim, não tem  
 10 como atender à demanda provocada pelo aumento da população  
 11 brasileira.

12 V.Exa. acaba de registrar uma das lacunas, um dos problemas  
 13 que angustia a massa da população. E o mais grave é que a população  
 14 tem crescido na base periférica. O pobre fica cada vez mais pobre em  
 15 virtude da dificuldade de conseguir emprego, de proporcionar  
 16 educação a seus filhos. Desse modo, continuam as distorções na  
 17 sociedade brasileira.

#### Versão da supervisão

1 Em 1970, o Brasil conquistou o tricampeonato de futebol. A  
 2 canção da época — “*noventa milhões em ação, pra frente Brasil, do*  
 3 *meu coração*” —, fez com que esse número ficasse bem fixado na

4 memória da população. Em 2002, somos 180 milhões de habitantes.  
5 Nasceram, aproximadamente, 90 milhões de pessoas em apenas 32  
6 anos, ou seja, a população brasileira duplicou.

7 É evidente que o País não tem condições de enfrentar o imenso  
8 desafio de gerar empregos, criar escolas e hospitais. Enfim, não tem  
9 como atender à demanda provocada pelo aumento da população  
10 brasileira.

11 Sr. Presidente, V.Exa. acaba de registrar uma das lacunas, um  
12 dos problemas que angustia a massa da população. E o mais grave é  
13 que a população tem crescido na base periférica. O pobre fica cada  
14 vez mais pobre em virtude da dificuldade de conseguir emprego, de  
15 proporcionar educação a seus filhos. Desse modo, continuam as  
16 distorções na sociedade brasileira.

#### Versão da Coordenação

1 Em 1970, o Brasil conquistou o tricampeonato de futebol. Uma  
2 canção da época, “*noventa milhões em ação, pra frente Brasil do  
3 meu coração...*”, fez com que esse número ficasse bem fixado na  
4 memória de nossa população.

5 Em 2002, estamos com 180 milhões de habitantes. Nasceram,  
6 aproximadamente, 90 milhões de brasileiros em apenas 32 anos; a  
7 população praticamente duplicou.

8 É evidente que a sociedade não tem condições de enfrentar o  
9 imenso desafio de manter a criação de empregos, escolas e hospitais.  
10 Enfim, a sociedade brasileira não tem como atender à essa demanda  
11 da imensa maioria da nossa população.

12 V.Exa. acaba de registrar uma das lacunas, um dos problemas  
13 que angustia a população em nosso País. E o que é mais grave? Essa  
14 população tem crescido na base periférica da ação. O pobre fica cada  
15 vez mais pobre em virtude da dramaticidade, ou seja, a dificuldade de  
16 conseguir emprego, educação para seus filhos, a fim de que se possa  
17 corrigir essas distorções dentro da sociedade brasileira.

O texto 5 representa, de uma maneira bastante significativa, como a intervenção tanto do taquígrafo quanto do revisor pode alterar o sentido do pronunciamento parlamentar. Na linha 2, da versão do taquígrafo, o verbo “haver” contribui para provocar o efeito de sentido de que naquela época – 1970 – existia uma canção, cujo trecho é citado, dentre tantas outras, e que esta canção fez com que o povo fixasse um número – esse – que não se pode, com a leitura até aí, identificar com certeza qual seja – 1970, tricampeonato, noventa milhões? –. Observe-se que a informação sobre que número é esse só é resgatada no parágrafo seguinte.

Significativa foi a interferência da revisão, que tirou o verbo com efeito de sentido de existência e o artigo indefinido, substituindo-os por um artigo definido, provocando um efeito de sentido diferente: de que, naquela época, havia uma única canção.

Correção, esta, que foi mantida pela supervisão. A primeira versão, a do taquígrafo, foi resgatada apenas pela sugestão da Coordenação.

Outra mudança significativa ocorreu na linha 6, em que também houve mudança na construção frasal, substituindo o verbo “estar” pelo “ser”. Ora, em português esses verbos não são sinônimos, ou seja, não funcionam como o “to be” do inglês. Os efeitos de sentido provocados por cada um deles em dado contexto são significativamente diferentes. Por exemplo, em “A moça é bonita” ser bonita é uma característica intrínseca da moça; já em “A moça está bonita” estar bonita é uma característica momentânea da moça, que não é sempre bonita. No caso do texto acima, o deputado se põe discursivamente em uma esfera alheia, separada dos “180 milhões de habitantes”, como se estivesse olhando de longe ou de cima. Ele diz “estamos com 180 milhões de habitantes” e não “somos 180 milhões de habitantes”. Desse modo, o revisor modificou o sentido do texto de forma direta, incluindo o autor do discurso no total dos 180 milhões de habitantes.

Na linha 9, ocorreu a substituição do vocábulo “sociedade” por “País”; e, na linha 11, a elisão de “sociedade”, que retoma anaforicamente “País”. A justificativa para essa mudança, feita pelo revisor e aceita pelo supervisor, possivelmente seria a responsabilidade que o País – como Estado?<sup>1</sup> –, e não a sociedade, de suprir a estrutura social com empregos, escolas, hospitais etc. No entanto, com o uso da palavra sociedade, conforme dito pelo deputado, seria a sociedade a responsável por suprir a própria sociedade. Isso é compreensível, se considerarmos que é a “sociedade”, formada por um povo democraticamente soberano, na pessoa dos cidadãos que pagam impostos, que mantém sua

---

<sup>1</sup> A definição de País, segundo o dicionário Aurélio Eletrônico (Séc. XXI), é “Conjunto formado de povo e território, não chegando a constituir um Estado, por lhe faltar soberania ou governo independente.”, portanto não envolve a parte administrativa, ou seja, o Governo. Parece, no entanto, que o revisor pensou num conceito de País que se confunde com o de Estado. De acordo com o dicionário Aurélio Eletrônico (op. cit.), Estado é “Organismo político administrativo que, como nação soberana ou divisão territorial, ocupa um território

própria infra-estrutura. O governo seria – ou deveria ser – apenas o representante dessa sociedade, aquele que deve administrar o dinheiro que ela lhe entrega e provê-la em suas necessidades coletivas. Desse modo, pode-se considerar que a intervenção do revisor, nesse caso, foi indevida. O mesmo pode ter pensando a Coordenação, que sugeriu que a palavra sociedade fosse mantida.

Também não se justifica a troca feita pelo revisor na linha 12. Quando o parlamentar afirma que a sociedade não atende à demanda provocada pela “imensa maioria”, o efeito de sentido gerado parece ser o de que a margem da população brasileira que necessita de “empregos, escolas e hospitais” é cada vez maior, e está enorme, muito grande em relação àquela parcela – pequena – que não necessita disso. Além dessa mudança, o acréscimo da palavra “aumento” não agrega o efeito de sentido acima, embora corrobore a idéia inicial do texto, de que a população está aumentando. A intenção do orador parece ser dizer que a sociedade – que paga impostos – não consegue atender à demanda provocada pelo aumento da população, e, do modo como ele disse é esse o efeito de sentido provocado.

Essas mudanças foram mantidas pela supervisão. Já a coordenação sugeriu uma intervenção menor no pronunciamento do deputado, mantendo “imensa maioria”, mas, de qualquer modo, por sustentar a retirada do vocábulo “provocar” em “demanda provocada”, também não se faz tão adequada. No texto do parlamentar, a “demanda” não simplesmente existe, para haver a demanda, nesse caso, ela é provocada por algo, ou seja, “a demanda provocada por essa imensa maioria da população” remete o leitor à afirmação anterior de que a população brasileira está aumentando rapidamente (em 90 milhões num período de 32 anos), contribuindo para a construção dos sentidos de que esse aumento acelerado é que faz com que a sociedade não possa suprir tal demanda.

---

determinado, é dirigido por governo próprio e se constitui pessoa jurídica de direito público, internacionalmente reconhecida.”.

Um outro comentário que parece pertinente é que, ao falar, uma pessoa não formula parágrafos, então, aquele que escreve o texto depois de ouvi-lo é que deve ter o trabalho de formular o texto em parágrafos bem estruturados, conforme as regras de formação de parágrafos mais usual: tópico, desenvolvimento e fechamento (ABREU, 1996). Seguindo essa idéia, pode-se considerar que o que foi formulado em três parágrafos – os três primeiros – poderia fazer parte de um único parágrafo. Isso ajudaria a entender, por exemplo, que o parlamentar usou aí argumentos que convergem para o desfecho de que a sociedade não consegue pagar por/suprir de “empregos, escolas e hospitais” uma população que cresce tanto, o que é retomado no parágrafo final. A Supervisão ainda buscou unir as idéias, mas apenas em relação aos dois primeiros parágrafos, faltou ainda concatenar o terceiro, proposta deste estudo.

Nas linhas 15-16, houve também interferência do revisor quanto à entonação dada pelo parlamentar, e registrada pelo taquígrafo, em forma de pergunta “E o que é mais grave?” A pergunta inclui o interlocutor, ela o traz à construção dos sentidos do texto, interpelando-o. É como se o deputado dissesse: há algo de mais grave ainda do que aquilo que foi dito até aqui, o que é? O locutor chama, desse modo, o interlocutor a atentar para a existência de algo bem mais grave. Em forma de afirmação, esse efeito de sentido é amenizado. Além do que, o revisor deixou incompleta a resposta, ao retirar a expressão “da ação” (linha 16). Daí percebe-se que a mudança na construção frasal pode levar a uma construção dos sentidos diversa da pretendida pelo autor: na versão do revisor, mantida pelo supervisor, a “base periférica” é uma qualquer e pode se referir a diferentes fatores; na versão do taquígrafo, o efeito de sentido é de que “a ação” que é a de suprir a população – que se pode considerar “governamental” – tem uma base limitada e que a população cresce quase fora desse limite, na periferia da ação, em sua extremidade marginal. Essa visão é reforçada pelo período seguinte. Registre-se que a coordenação sugeriu a manutenção da pergunta e da palavra ação.

Também houve modificação nas linhas finais do texto. Um período foi transformado em dois, a palavra “dramaticidade” (linha 17) e o trecho “a fim de corrigir” (linha 19) foram retirados pelo revisor e foi acrescentada a expressão “de proporcionar. A frase do deputado era: “O pobre fica cada vez mais pobre em virtude dessa dramaticidade, dificuldade de conseguir emprego, uma educação para seus filhos, a fim de corrigir essas distorções dentro da sociedade brasileira”. Entende-se, lendo este trecho, que o revisor tenha percebido a necessidade de que fosse feita nele algumas modificações. Essas mudanças, no entanto, poderiam ser menores e não afetar o sentido construído textualmente pelo parlamentar, se feitas apenas na pontuação e mais alguns pequenos ajustes.

Uma correção na pontuação poderia ser feita do seguinte modo: “O pobre fica cada vez mais pobre em virtude dessa dramaticidade: dificuldade de conseguir emprego, educação para seus filhos.” Até aqui, percebe-se que o texto está coeso e coerente, mas parece que o trecho “a fim de corrigir essas distorções dentro da sociedade brasileira” não seria uma seqüência lógica para o trecho anterior. Entende-se, entretanto, que essa correção das distorções adviria do emprego e da educação, citados anteriormente. A fala do deputado causa o efeito de sentido de que a situação é dramática para o pobre que, à margem da “ação”, tem dificuldade de conseguir emprego e educação, mas, se conseguir, isso contribuiria para corrigir essas distorções na sociedade brasileira. Isso foi detectado pela Coordenação, conforme se pode ver acima, no texto, mas a versão publicada é a do supervisor.

Percebe-se que as alterações efetivadas pelo revisor foram mantidas pelo Supervisor. Se comparada a versão do taquígrafo com a sugestão da Coordenação, verifica-se que houve a retomada de palavras do parlamentar. As alterações efetivadas foram apenas para dar maior clareza e evitar as repetições, por exemplo, na linha 7, a substituição da palavra “habitantes” por “brasileiros”. As demais alterações foram todas com a mesma intenção.

Feitas essas considerações quanto ao texto 5, e como esta análise pretende apenas mostrar que, muitas vezes, o texto é modificado discursiva e semanticamente pelo revisor e que isso pode provocar efeitos de sentido bem distintos daqueles pretendidos pelo locutor, podemos partir para a análise do texto 6. A intenção é a mesma e não se pretende exaustiva.

No texto 6, a partir da linha 5, percebe-se claramente como o revisor interfere de maneira bastante direta no texto do parlamentar, principalmente com a supressão de palavras e até de expressões inteiras, com a intenção de enxugar e dar continuidade ao texto. Porém, essas alterações fazem com que as marcas características do orador se percam em detrimento dessa clareza e coesão supostamente pretendida pelo revisor.

#### Versão do taquígrafo

1 É preciso então ver isso. Na Suíça, que é um país desenvolvido,  
2 quando eles votam seis, sete projetos a cada legislatura, o povo acha  
3 muito, tal a alteração que se faz no sistema legislativo nacional. Aqui  
4 queremos votar a cada instante.

5 **Fez-se uma alteração no art. 62 da Constituição brasileira com**  
6 **a finalidade de alterar o dispositivo que regulamentava as medidas**  
7 **provisórias de forma que o Governo não usurpasse tanto a função do**  
8 **Legislativo e não adotasse tantas medidas provisórias. Foi**  
9 **alertado aqui pelo PDT, através do Deputado Miro Teixeira, por**  
10 **mim mesmo, e outros Deputados, foi levantada a questão, que se**  
11 **aprovasse o art. 62** ou a Emenda Constitucional nº 32 da forma que  
12 estava, poderíamos criar uma malha de força para o Congresso,  
13 porque o Governo não perceberia, não se contentaria em mandar os  
14 projetos de lei para o Legislativo, continuaria **com aquela fúria** de  
15 editar medidas provisórias. Foi o que fez. Temos atualmente 35  
medidas provisórias.

16 **Então, a culpa deste Congresso estar obstruído** não é por  
17 conta da oposição, certamente não é por conta do PDT que tem 16  
18 Deputados em 513, não é por conta dos partidos de oposição, é por  
19 conta da base do Governo que não se entendeu, não houve  
20 entendimento na base do Governo. **Ora**, é preciso que o Governo  
21 compreenda que medida provisória é **uma coisa** que **tem que ser**  
22 **usada dentro dos critérios** de relevância e urgência. Esta que  
23 estamos votando agora, que se discute, é a prorrogação de um prazo  
24 **que não precisaria ser por medida provisória em absoluto.** Não  
25 havia necessidade. O Governo extrapola de suas funções e com isso  
26 cria uma camisa de força.

#### Versão do revisor

1 É preciso ver isso. Na Suíça, que é um país desenvolvido,  
2 quando eles votam seis, sete projetos a cada legislatura, o povo acha  
3 muito, tal a alteração que se faz no sistema legislativo nacional. Aqui  
4 queremos votar novas proposições a todo instante.

5 Alterou-se o art. 62 da Constituição brasileira com a finalidade  
6 de restringir o uso das medidas provisórias pelo Governo, para que

7 não usurpasse tanto a função do Legislativo. O PDT disse aqui  
 8 reiteradas vezes que, se a Emenda Constitucional nº 32 fosse  
 9 aprovada da forma como estava, poderíamos criar uma malha de  
 10 força para o Congresso, porque o Governo não se contentaria em  
 11 mandar os projetos de lei para o Legislativo, continuaria com a  
 12 compulsão de editar medidas provisórias. Foi o que fez. Temos,  
 13 atualmente, trinta e cinco medidas provisórias em pauta.

14 Então, não culpem a Oposição pela obstrução dos trabalhos  
 15 nesta Casa. A culpa não é do PDT, que tem apenas dezesseis dos 513  
 16 Deputados com assento nesta Casa, nem dos demais partidos de  
 17 oposição, mas da base do Governo, que não se entendeu. O Governo  
 18 precisa compreender que medida provisória é para ser usada  
 19 obedecendo aos requisitos de relevância e urgência. Esta que estamos  
 20 discutindo agora, para prorrogar um prazo, não se justifica. Não  
 21 havia necessidade. O Governo extrapola suas funções e com isso  
 22 coloca uma camisa de força no Congresso Nacional.

#### Sugestão da Coordenação

1 É preciso então ver isso. Na Suíça, país desenvolvido, quando  
 2 se votam seis, sete projetos a cada legislatura, o povo acha muito, tal  
 3 a alteração que se faz no sistema legislativo nacional. Aqui queremos  
 4 votar a cada instante.

5 Fez-se uma alteração no art. 62 da Constituição brasileira, que  
 6 regulamentava as medidas provisórias, para que o Governo não  
 7 usurpasse tanto a função do Legislativo e não adotasse tantas  
 8 medidas provisórias. O Deputado Miro Teixeira, eu mesmo e outros  
 9 Deputados do PDT levantamos a seguinte questão: se fosse aprovado  
 10 o art. 62 ou a Emenda Constitucional nº 32 da forma como estava,  
 11 poderíamos criar uma malha de força para o Congresso, porque o  
 12 Governo perceberia, não se contentaria em mandar os projetos de lei  
 13 para o Legislativo e continuaria com aquela fúria de editar medidas  
 14 provisórias. Foi o que fez. Temos atualmente 35 medidas provisórias.

15 Então, a culpa de este Congresso estar obstruído não é da  
 16 Oposição – certamente não é do PDT, que tem 16 Deputados em 513;  
 17 é da base do Governo, que não se entendeu. Ora, é preciso que o  
 18 Governo compreenda que medida provisória tem que ser usada  
 19 dentro dos critérios de relevância e urgência. Esta que estamos  
 20 discutindo e votando agora trata da prorrogação de um prazo, o que  
 21 não precisaria ser feito por medida provisória, em absoluto. Não  
 22 haveria necessidade. O Governo extrapola suas funções e, com isso,  
 23 cria uma camisa-de-força.

Na linha 5, há a troca de “fez-se uma alteração no” por “alterou-se o”, o que modifica discursivamente o texto. Em “alterou-se o”, é como se o próprio artigo tivesse alterado a si mesmo, embora seja óbvio que um artigo não pode se modificar sozinho. Nesse caso, perde-se a informação de que apenas uma modificação foi feita e de que alguém agiu – fez – para que essa alteração se efetivasse. Além disso, o uso de uma forma ou de outra é

apenas uma questão de estilo, ou seja, não há “erro” quanto ao padrão da língua portuguesa e, portanto, não se justifica a mudança.

Ainda na linha 6, trocou-se a expressão “alterar o dispositivo que regulamentava” por “restringir o uso”. Veja-se também a inclusão de novas palavras não pronunciadas pelo orador. Na linha 7, a mudança também substantiva efetivada pelo revisor foi a permuta da expressão “de forma que” por simplesmente “pelo” e, na linha 8, a exclusão de “e não adotasse tantas medidas provisórias”, o que muda o efeito de sentido no todo do período. Ao usar o verbo “restringir”, a versão do revisor já traz o efeito de sentido de que não há necessidade de adotar tantas medidas provisórias, mas a repetição, pelo parlamentar, no fim da oração serve para enfatizar a sua posição de repúdio em relação às medidas provisórias.

De qualquer modo, o estilo do orador deve ser preservado, pois essa é uma característica de autoria que funciona como marca lingüística de sua ideologia, de sua formação discursiva, de sua origem. A própria Circular nº 12/2004, exposta na subseção 1.5.3 deste trabalho, alerta para o fato de que as correções devem preservar as palavras do orador, mantendo seu estilo.

Mas o que realmente chama a atenção é a exclusão um trecho grande, nas linhas 8, 9,10 e 11, em que o Deputado refere-se a alertas feitos tanto pelo PDT – “através do Deputado Miro Teixeira” –, quanto pelo próprio orador e por outros deputados. A supressão dessas informações traz grandes prejuízos ao texto, pois o modifica interdiscursivamente, ou seja, nas suas relações com outros discursos da mesma formação discursiva e ideológica. O revisor exclui a informação, que o orador faz questão de enfatizar, sobre os que, juntamente com ele, rejeitam a “fúria” do governo de editar medidas provisórias e alertam os outros deputados sobre isso, quanto à Emenda Constitucional nº 32. Isso é inadequado do ponto de vista discursivo, pois as relações ideológicas se mostram na linguagem, por meio das palavras

usadas, pelo estilo do orador e até pelas lacunas deixadas por ele e pelos modalizadores escolhidos. Na versão do revisor, ficou caracterizado que apenas o Partido – PDT – alertou seus pares para essa questão.

Essas exclusões descaracterizam de forma bastante singular a fala do orador, além de revisões gramaticais necessárias não terem sido feitas. Essas revisões poderiam simplesmente adequar as palavras do deputado à estrutura do texto escrito. Veja-se também, na linha 14, a troca de palavras da expressão “com aquela fúria” por “compulsão”, que, segundo o dicionário Aurélio, significam distintamente. Enquanto a palavra “fúria” significa “precipitação; agitação violenta; raiva; inconsideração de procedimento”, “compulsão” (ato de compelir) quer dizer “coação, constrangimento”. A mudança feita pelo revisor retira do texto o efeito de sentido de “fúria” governamental e lhe dá outro. O que o governo faria, segundo o deputado, é desconsiderar a função do legislativo – legislar –, fazendo-o ele mesmo, com a “fúria de editar medidas provisórias”. Ora, isso é bem diferente de “compulsão de editar medidas provisórias”.

Continua persistentemente o revisor com as trocas e as inversões de palavras. Na linha 16, ele começa pela inversão total da construção da frase, invertendo as posições das palavras na oração. Há também outras modificações significativas, por exemplo, “deste Congresso” por “nesta Casa.”. Obviamente não é a mesma coisa, uma vez que o Congresso é composto por duas casas: Senado e Câmara dos Deputados.

Nas linhas 20-21, o revisor elimina o articulador de argumentação “ora” e a expressão “uma coisa”. Pode-se até pensar que essas duas alterações se justifiquem, até certo ponto, pois alguns entendem que elas pertencem à oralidade e que não devem ser usadas na escrita. Discursivamente, no entanto, o uso de “ora” no início da frase, além de introduzir uma argumentação contrária às edições recorrentes de medidas provisórias, se configura como

marca da indignação do deputado. Já a expressão “uma coisa”, no texto do parlamentar, retoma anaforicamente “medida provisória”, predicando-a. Além disso, a construção da frase conforme pronunciada e escrita pelo taquígrafo, com o verbo no presente do subjuntivo, tem mais força que a versão do revisor e até a da Coordenação. Nesse contexto, a expressão “uma coisa” reforça a idéia de que a medida provisória não é “qualquer coisa”, mas “uma” especial, que deve ser usada em casos especiais, conforme os critérios de relevância e urgência.

Logo em seguida, o revisor troca “que tem que ser usada dentro dos critérios” (linhas 21-22) por “obedecendo aos requisitos”. Nota-se que o revisor, contrariando a circular citada acima e na subseção 1.5.3 deste estudo, não utiliza o vocabulário ou o repertório falado pelo orador, incluindo palavras novas, de seu conhecimento, além de modificar o estilo das frases – que são escolhas suas (do revisor), conforme sua formação discursiva e ideológica, e não do deputado –, ou seja, o revisor está reconstruindo o texto do deputado, como se esse texto fosse seu. Isso, de modo algum, obedece aos critérios de imparcialidade e de fidelidade ao texto original.

Veja-se como o revisor interpreta e redige ao substituir a expressão, linha 24, “que não precisaria ser por medida provisória em absoluto” pela expressão bastante concisa e enxuta “não se justifica”. Mudanças como essas não são convenientes, nem honestas com aqueles que lerão o texto parlamentar.

Fazendo uma análise apenas quantitativa, nota-se que ocorreu um enxugamento demasiado do texto do orador e que a Coordenação sugeriu que algumas das alterações não fossem feitas, de modo a retomar o texto original. Mas outras mudanças foram mantidas na sugestão da Coordenação. Comparando o número de linhas, há uma diminuição significativa da versão do taquígrafo, que tem 26 linhas, para a do revisor, que tem apenas 22 linhas. Ou seja, o revisor eliminou quase um parágrafo inteiro do texto do parlamentar.

Entende-se, no entanto, que as intenções do revisor tenham sido boas, pois objetivam dar mais clareza e objetividade ao texto, no entanto, essas mudanças não mantêm as marcas pessoais do orador, suas escolhas. Mesmo que a intenção do revisor seja a melhor, ele precisa entender que seu papel é o de modificar o mínimo possível o texto do outro, pois esse outro é diferente dele. O “outro” tem sempre motivações e memórias discursivas particulares, singulares, dada a sua própria incompletude e fragmentação como sujeito de um discurso. O revisor também, ao interferir no texto, posiciona-se enquanto sujeito de um discurso e essa sua posição é também política e ideológica, mas isso e seu cargo de revisor não lhe permitem imprimir – ou não deveriam permitir – seu estilo pessoal e suas escolhas semânticas, textuais e, portanto, ideológicas em um texto do qual ele não é o autor.

## CONCLUSÃO

Já no exórdio dos trabalhos com a linguagem, percebe-se claramente que a linha adotada pelos gramáticos em relação a ela se distanciava da concepção assumida, recentemente, pela Análise do Discurso. Depois da análise do *corpus* deste estudo, entende-se que o taquígrafo e o revisor que seguirem apenas os ensinamentos da gramática normativa (tradicional), para proceder à revisão de textos, com certeza não conseguirá manter a fidelidade semântica e discursiva conveniente aos textos parlamentares.

Sendo o discurso uma prática social, política e ideológica, que se prolifera e se dispersa no tempo e espaço, ele contribui para a construção das identidades sociais. É, portanto, um fator de controle social e, por isso, fica claro e evidente que a interferência do taquígrafo e do revisor – que têm a responsabilidade de traduzir fielmente o pensamento político de cada parlamentar –, há nítida mudança do foco discursivo, bem como alteração no estilo do orador.

Percebe-se também que são o taquígrafo e o revisor os responsáveis por traduzir a fala do parlamentar para a escrita e acrescentar os recursos coesivos necessários, dando continuidade e sentido ao texto, identificando e corrigindo eventuais erros ou problemas reais de concordância, regência, pontuação – que deve ater-se ao que o orador enuncia, da forma como enuncia, ou seja, à sua entonação, que é também significativa – e outros elementos estruturais e semânticos do texto, mas sempre se lembrando da relação discursiva do texto revisado com o autor e seus interlocutores.

A função do revisor não é apenas acrescentar e substituir palavras ou frases, unir as sentenças por meio de conectivos, mudar de lugar ou reagrupar os elementos e corrigir erros gramaticais a seu bel prazer, mas, sempre que possível, analisar o texto para

compreendê-lo discursivamente, conforme o momento e a situação sócio-histórica de sua enunciação, de modo a manter a fidelidade semântica e discursiva, para não prejudicar a continuidade, a clareza e ordem do discurso.

O revisor deve, portanto, adequar-se à linguagem do texto, para, depois adequá-la à norma culta. Caso contrário, estará fadado ao engessamento da textualidade, ou seja, à uniformização e ao nivelamento aleatório dos pronunciamentos proferidos no Congresso Nacional.

Mesmo com toda a fundamentação teórica deste trabalho, desde o conceito bakhtiniano de gênero (Bakhtin, 2000) – que deve ser categoria embrionária da análise feita pelo revisor, antes de fazer a revisão –, até o método de Thompson (1995), sua hermenêutica de profundidade e a interpretação que ele faz da ideologia, além das observações feitas no capítulo de análise e com esta conclusão, ainda não é possível estabelecer um método perfeito que leve o revisor a um resultado indubitavelmente seguro do seu trabalho.

Uma boa revisão requer atenção a estudos muito mais acurados do que o que foi feito aqui, pois este trabalho somente busca apontar fatos com base numa teoria. O profissional da revisão deve considerar não apenas a questão do gênero, a interpretação da ideologia e todos os princípios da construção textual dos sentidos, como a coesão e a coerência, mas também seu bom senso e comprometimento com o texto, com o autor, com o interlocutor e com sua própria profissão. Nesse caso, a fidelidade é fundamental.

A grande questão, no entanto, permanece ainda latente: como realizar um trabalho excelente e eficiente na época em que a tecnologia da informação demanda, cada vez mais, respostas em tempo o mais exíguo possível? Como acompanhar a velocidade da Internet? Como disponibilizar ao público um texto escoreito ou aceitável em curto espaço de tempo? O estabelecimento de um método de revisão textual buscaria justamente uma solução para a

flagrante incompatibilidade entre o trabalho melindroso do revisor e a voracidade da indústria da comunicação. Este é um desafio daqueles que lidam cotidianamente com a linguagem e que perseguem incansavelmente um processo de comunicação mais próximo do ideal.

A conclusão a que se chega, após este breve estudo, é que há uma grande interferência do revisor e até mesmo do taquígrafo no discurso do parlamentar. Sem qualquer parcimônia, eles acrescentam palavras, modificam totalmente a estrutura dos períodos e também a semanticidade do texto. É comum que muitos desses profissionais – sem generalização, pois há aqueles que são mais atentos – não se esforçam em identificar e respeitar o estilo do orador ou nem mesmo se importam com isso. A consequência de toda essa intervenção é a uniformização dos textos parlamentares, o que descaracteriza os discursos políticos de cada orador.

O revisor deve, portanto, reverenciar o texto – que não é seu –, pois estará, desse modo, demonstrando seu respeito ao orador, enquanto sujeito-autor de um discurso, e a seus interlocutores, que buscam reconhecer no texto o seu representante, no caso do povo, ou o seu par, no caso dos outros parlamentares. Para atingir esse objetivo, o revisor deve, então, ter como meta a adequação do texto parlamentar à linguagem padrão da língua portuguesa, sem, no entanto, intervir de modo tão drástico na semanticidade e na textualidade, que são características pessoais de escolha e estilo de cada um. Esse profissional deve ainda se preocupar com entender o pensamento do autor, suas escolhas discursivas, seus motivos para dizer o que diz e do modo como diz. Fazer um estudo semântico e discursivo do texto pode ser muitíssimo produtivo e, se demorar um pouco no início, o revisor, com paciência e prática pode fazê-lo rápida e competentemente depois de algum tempo de dedicação ao treinamento. Para isso, basta fazer essa escolha e se comprometer ideológica e profissionalmente com ela.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Antônio Suarez. *Curso de Redação*. São Paulo: Ática, 1996.
- ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, Brasília: Bloch, 1981. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/vocabulario/frame11.htm>>. Acesso em: 27 mai. 2006.
- ALTHUSSER, L. Ideologia e aparelhos ideológicos de estado: notas para uma investigação. In: ŽIŽEK, S. (Org.) (1996). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BAKHTIN, M. *Os Gêneros do Discurso*. In: Estética da Criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- BARBOSA, Rui. *Oração aos Moços*. Edição popular anotado por Adriano da Gama Kury. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1997.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Brasileira*. São Paulo: Globo, 2004.
- BOBBIO, Noberto. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
- BRASIL. Senado Federal. Agência Senado e Jornal do Senado. *Manual de Redação da Secretaria de Comunicação Social*. Brasília, 2001. Disponível em: <[http://www.senado.gov.br/comunica/agencia/manual/m\\_agencia.pdf](http://www.senado.gov.br/comunica/agencia/manual/m_agencia.pdf)>. Acesso em: 27 mai. 2006.
- CARDOSO, Silvia Helena Barbi. *Discurso e Ensino*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- CHAUÍ, Marilena de Souza. *O que é Ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- CUNHA, Celso; Luís F. Lindley, CINTRA. *Nova gramática do português contemporâneo*. São Paulo: Nova Fronteira, 2004.
- DEMO, Pedro. *Pesquisa e Informação Qualitativa: Aportes Metodológicos*. Campinas, SP: Papyrus, 2001 (Coleção Papyrus Educação).
- DOOLEY, Robert A. *Análise do Discurso – Conceitos básicos em lingüística*. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.
- FAIRCLOGH, Normain. *Discurso e Mudança Social*. Brasília: Editora UnB, 2001.

- FERNANDES, Francisco. *Dicionário de Verbos e Regimes*. São Paulo: Globo, 2001.
- FIORIM, J. L. *Elementos de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2004
- \_\_\_\_\_(org.). *Introdução à Lingüística II: princípios de análise*. São Paulo: Contexto, 2003.
- FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- GARCEZ, Lucília H. do Carmo. *Técnica de Redação: o que é preciso saber para bem escrever*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- GERALDI, João Wanderley. *Portos de passagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- GUIMARÃES, Eduardo. *Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. Campinas: Pontes, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Semântica do acontecimento*. Campinas: Pontes, 2002.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *A coesão textual*. São Paulo: Contexto, 1993.
- \_\_\_\_\_. *A inter-ação pela linguagem*. São Paulo: Contexto, 2001.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *A coerência textual*. São Paulo: Contexto, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Introdução à lingüística textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- MACRIDIS, Roy C. *Ideologias Políticas Contemporâneas - Movimentos e Regimes*. Trad. de Luís Tupy Caldas de Moura e Maria Inês Caldas de Moura. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Linguagem e Classes Sociais*. Porto Alegre: Momento, 1975.
- \_\_\_\_\_. *Análise de Conversação*. 5ª ed. São Paulo: Ática, 1999.
- \_\_\_\_\_. Gêneros Textuais Emergentes no Contexto da Tecnologia Digital. In MARCUSCHI, Luiz Antônio (org.) *Hipertexto e Gêneros de Sentido*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.
- MATEUS, Maria Helena; XAVIER, M. F. (orgs.) *Dicionário de Termos Lingüísticos*, Lisboa: Cosmos, 1992.
- MCLELLAN, David. *A Ideologia*. Lisboa: Editorial Estampa, 1987.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Análise do discurso*. Princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2005.

\_\_\_\_\_. *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez; Campinas: Unicamp, 1996.

\_\_\_\_\_. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2005.

POSSENTI, Sírio. *Discurso, estilo e subjetividade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 1995.

VANOYE, Francis. *Usos da Linguagem – Problemas e técnicas na produção oral e escrita*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

## **ANEXO 1 - Excertos de quatro textos da *Fase de Releitura* feita pela taquigrafia.**

### **Texto 1**

Versão do taquígrafo:

Fica aqui o meu apelo no sentido de discutirmos as questões com mais tranqüilidade, buscando as saídas para a construção das mudanças que o Lula, certamente, trará para o Brasil.

Correções apontadas:

**Fica, portanto,** o meu apelo no sentido de discutirmos as questões com mais tranqüilidade, buscando saídas **para a(s) mudanças** que o Lula, certamente, trará para o Brasil.

### **Texto 2**

Versão do taquígrafo:

**O SR. PRESIDENTE** (Marçal Filho) – Deputado Mauro Benevides, tenho certeza de que a preocupação de V.Exa. é a mesma do Presidente da Casa. Vamos reiterar o apelo de V.Exa. ao Presidente Aécio Neves.

Correções apontadas:

**O SR. PRESIDENTE** (Marçal Filho) – Deputado Mauro Benevides, tenho certeza de que a preocupação de V.Exa. é **igual à** do Presidente da Casa. Vamos reiterar o apelo de V.Exa. ao Presidente Aécio Neves.

### **Texto 3**

Versão do taquígrafo:

É a possibilidade que temos de não apenas resistir dentro do Congresso Nacional, mas também passarmos à construção mais saudável de políticas estruturantes, de uma política econômica com outra lógica e podermos fazer o vínculo claro entre a economia e a prioridade: a cidadania brasileira.

Correções apontadas:

É a possibilidade que temos de não apenas resistir dentro do Congresso Nacional, mas também **de** passarmos à construção mais saudável de políticas estruturantes, de uma política econômica com outra lógica e podermos definir o vínculo claro entre a economia e a cidadania brasileira, que é a nossa prioridade.

### **Texto 4**

Versão do taquígrafo:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, quero cumprimentar a V.Exa. e a todos os funcionários da Casa. Retorno depois de um período de intensa campanha eleitoral e aproveito inclusive para agradecer aos eleitores do Estado do Rio de Janeiro a possibilidade de continuar, por mais quatro anos, o trabalho na Câmara dos Deputados, que espero ser cada vez mais qualificado para responder à expectativa popular.

Correções apontadas:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, **quero** cumprimentar a V.Exa. e a todos os funcionários da Casa. Retorno depois de um período de intensa campanha eleitoral e aproveito **para** agradecer aos eleitores do Estado do Rio de Janeiro a possibilidade de continuar, por mais quatro anos, o trabalho na Câmara dos Deputados, que espero **seja** cada vez mais qualificado para responder à expectativa popular.

## **ANEXO 2 -Trechos de maior extensão e complexidade, representativos das atividades desenvolvidas pelo taquígrafo, pelo revisor e pelo supervisor.**

### **TEXTO Nº 05**

#### ***Versão do taquígrafo***

Em 1970, o Brasil conquistou o tricampeonato de futebol. Havia uma canção na época, “noventa milhões em ação, para frente Brasil do meu coração...”, que fez com que esse número ficasse bem fixado na memória de nossa população.

Em 2002, estamos com 180 milhões de habitantes. Nasceram, aproximadamente, 90 milhões de habitantes em apenas 32 anos, a população brasileira, então, praticamente duplicou.

É evidente que a sociedade não tem condições de enfrentar esse imenso desafio de manter uma criação de empregos, escolas e hospitais. Enfim, a sociedade brasileira não tem como atender a essa demanda provocada por essa imensa maioria da população brasileira.

V.Exa. acaba de registrar uma das lacunas, um dos problemas que angustia a massa da população em nosso País. E o que é mais grave? É que essa população tem crescido na base periférica da ação. O pobre fica cada vez mais pobre em virtude dessa dramaticidade, dificuldade de conseguir um emprego, uma educação para seus filhos, a fim de que possa corrigir essas distorções dentro da sociedade brasileira.

#### ***Versão do revisor***

Em 1970, o Brasil conquistou o tricampeonato de futebol. A canção da época, “noventa milhões em ação, pra frente Brasil, do meu coração...”, fez com que esse número ficasse bem fixado na memória da população.

Em 2002, somos 180 milhões de habitantes. Nasceram, aproximadamente, 90 milhões de pessoas em apenas 32 anos, ou seja, a população brasileira praticamente duplicou.

É evidente que o País não tem condições de enfrentar o imenso desafio de gerar empregos e criar escolas e hospitais. Enfim, não tem como atender à demanda provocada pelo aumento da população brasileira.

V.Exa. acaba de registrar uma das lacunas, um dos problemas que angustia a massa da população. E o mais grave é que a população tem crescido na base periférica. O pobre fica cada vez mais pobre em virtude da dificuldade de conseguir emprego, de proporcionar educação a seus filhos. Desse modo, continuam as distorções na sociedade brasileira.

#### ***Versão da supervisão***

Em 1970, o Brasil conquistou o tricampeonato de futebol. A canção da época — “noventa milhões em ação, pra frente Brasil, do meu coração” —, fez com que esse número ficasse bem fixado na memória da população. Em 2002, somos 180 milhões de habitantes. Nasceram, aproximadamente, 90 milhões de pessoas em apenas 32 anos, ou seja, a população brasileira duplicou.

É evidente que o País não tem condições de enfrentar o imenso desafio de gerar empregos, criar escolas e hospitais. Enfim, não tem como atender à demanda provocada pelo aumento da população brasileira.

Sr. Presidente, V.Exa. acaba de registrar uma das lacunas, um dos problemas que angustia a massa da população. E o mais grave é que a população tem crescido na base periférica. O pobre fica cada vez mais pobre em virtude da dificuldade de conseguir emprego, de proporcionar educação a seus filhos. Desse modo, continuam as distorções na sociedade brasileira.

#### ***Versão da Coordenação***

Em 1970, o Brasil conquistou o tricampeonato de futebol. Uma canção da época, “noventa milhões em ação, pra frente Brasil do meu coração...”, fez com que esse número ficasse bem fixado na memória de nossa população.

Em 2002, estamos com 180 milhões de habitantes. Nasceram, aproximadamente, 90 milhões de brasileiros em apenas 32 anos; a população praticamente duplicou.

É evidente que a sociedade não tem condições de enfrentar o imenso desafio de manter a criação de empregos, escolas e hospitais. Enfim, a sociedade brasileira não tem como atender à essa demanda da imensa maioria da nossa população.

V.Exa. acaba de registrar uma das lacunas, um dos problemas que angustia a população em nosso País. E o que é mais grave? Essa população tem crescido na base periférica da ação. O pobre fica cada vez mais pobre em virtude da dramaticidade, ou seja, a dificuldade de conseguir emprego, educação para seus filhos, a fim de que se possa corrigir essas distorções dentro da sociedade brasileira.

**TEXTO 06*****Versão do taquígrafo***

É preciso então ver isso. Na Suíça, que é um país desenvolvido, quando eles votam seis, sete projetos a cada legislatura, o povo acha muito, tal a alteração que se faz no sistema legislativo nacional. Aqui queremos votar a cada instante.

Fez-se uma alteração no art. 62 da Constituição brasileira com a finalidade de alterar o dispositivo que regulamentava as medidas provisórias de forma que o Governo não usurpasse tanto a função do Legislativo e não adotasse tantas medidas provisórias. Foi alertado aqui pelo PDT, através do Deputado Miro Teixeira, por mim mesmo, e outros Deputados, foi levantada a questão, que se aprovasse o art. 62 ou a Emenda Constitucional nº 32 da forma que estava, poderíamos criar uma malha de força para o Congresso, porque o Governo não perceberia, não se contentaria em mandar os projetos de lei para o Legislativo, continuaria com aquela fúria de editar medidas provisórias. Foi o que fez. Temos atualmente 35 medidas provisórias.

Então, a culpa deste Congresso estar obstruído não é por conta da oposição, certamente não é por conta do PDT que tem 16 Deputados em 513, não é por conta dos partidos de oposição, é por conta da base do Governo que não se entendeu, não houve entendimento na base do Governo. Ora, é preciso que o Governo compreenda que medida provisória é uma coisa que tem que ser usada dentro dos critérios de relevância e urgência. Esta que estamos votando agora, que se discute, é a prorrogação de um prazo que não precisaria ser por medida provisória em absoluto. Não havia necessidade. O Governo extrapola de suas funções e com isso cria uma camisa de força.

***Versão do revisor***

É preciso ver isso. Na Suíça, que é um país desenvolvido, quando eles votam seis, sete projetos a cada legislatura, o povo acha muito, tal a alteração que se faz no sistema legislativo nacional. Aqui queremos votar novas proposições a todo instante.

Alterou-se o art. 62 da Constituição brasileira com a finalidade de restringir o uso das medidas provisórias pelo Governo, para que não usurpasse tanto a função do Legislativo. O PDT disse aqui reiteradas vezes que, se a Emenda Constitucional nº 32 fosse aprovada da forma como estava, poderíamos criar uma malha de força para o Congresso, porque o Governo não se contentaria em mandar os projetos de lei para o Legislativo, continuaria com a compulsão de editar medidas provisórias. Foi o que fez. Temos, atualmente, trinta e cinco medidas provisórias em pauta.

Então, não culpem a Oposição pela obstrução dos trabalhos nesta Casa. A culpa não é do PDT, que tem apenas dezesseis dos 513 Deputados com assento nesta Casa, nem dos demais partidos de oposição, mas da base do Governo, que não se entendeu. O Governo precisa compreender que medida provisória é para ser usada obedecendo aos requisitos de relevância e urgência. Esta que estamos discutindo agora, para prorrogar um prazo, não se justifica. Não havia necessidade. O Governo extrapola suas funções e com isso coloca uma camisa de força no Congresso Nacional.

***Sugestão da Coordenação***

É preciso então ver isso. Na Suíça, país desenvolvido, quando se votam seis, sete projetos a cada legislatura, o povo acha muito, tal a alteração que se faz no sistema legislativo nacional. Aqui queremos votar a cada instante.

Fez-se uma alteração no art. 62 da Constituição brasileira, que regulamentava as medidas provisórias, para que o Governo não usurpasse tanto a função do Legislativo e não adotasse tantas medidas provisórias. O Deputado Miro Teixeira, eu mesmo e outros Deputados do PDT levantamos a seguinte questão: se fosse aprovado o art. 62 ou a Emenda Constitucional n.º 32 da forma como estava, poderíamos criar uma malha de força para o Congresso, porque o Governo perceberia, não se contentaria em mandar os projetos de lei para o Legislativo e continuaria com aquela fúria de editar medidas provisórias. Foi o que fez. Temos atualmente 35 medidas provisórias.

Então, a culpa de este Congresso estar obstruído não é da Oposição – certamente não é do PDT, que tem 16 Deputados em 513; é da base do Governo, que não se entendeu. Ora, é preciso que o Governo compreenda que medida provisória tem que ser usada dentro dos critérios de relevância e urgência. Esta que estamos discutindo e votando agora trata da prorrogação de um prazo, o que não precisaria ser feito por medida provisória, em absoluto. Não haveria necessidade. O Governo extrapola suas funções e, com isso, cria uma camisa-de-força.

## RESUMO

Este trabalho tem o **objetivo geral** de estabelecer, com base na Análise do Discurso, parâmetros e limites ao papel de revisor em textos parlamentares. O foco do estudo encontra-se naquele que procede à “arte-final”, o revisor. Os **objetivos específicos** são: mostrar que a revisão de texto nem sempre mantém a fidelidade semântica e discursiva em relação ao discurso do parlamentar; e a importância da tarefa de delimitar a ação do revisor para que ele não interfira semanticamente no texto, nas idéias e intenções do autor e na sua relação discursiva com seus interlocutores, respeitando a diversidade cultural dos parlamentares. Entende-se que o discurso parlamentar está intimamente ligado à formação discursiva e ideológica do autor, e esses conceitos são abordados com base nos estudos de Orlandi (1996, 2005a e b); Brandão (2004), Foucault (2004) e outros. O conceito de ideologia é o de Thompson (1995). O *corpus* é constituído por dois tipos de pequenos excertos, isto é, registros de trechos de discursos parlamentares. O primeiro é composto de pequenos trechos que foram “relidos” por outros taquígrafos, após serem registrados. O segundo é formado por trechos de maior extensão e complexidade, correspondendo, respectivamente, às atividades desenvolvidas pelo taquígrafo, pelo revisor e pelo supervisor. Esses textos foram selecionados aleatoriamente de registros de pronunciamentos realizados no Plenário da Câmara dos Deputados. O trabalho apresenta a fundamentação teórica, a análise dos textos que compõem o *corpus* e a interpretação das alterações feitas pela revisão nos textos, de acordo com a fundamentação teórica. Finaliza demonstrando que há grande interferência do revisor e até mesmo do taquígrafo nos textos parlamentares investigados, que comumente não mantêm a fidelidade semântica e discursiva com o texto original. Isso pode ser uma indicação de que o fato ocorre regularmente nas revisões feitas nesse âmbito.

**Palavras-chave:** 1. Análise do Discurso; 2. Textos parlamentares; 3. Limites do revisor.